

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**

**ARTHUR MONTEIRO CHIAPINOTTO**

**MACHADO DE ASSIS: O CRONISTA SOCIAL**

Caxias do Sul  
2014

**ARTHUR MONTEIRO CHIAPINOTTO**

**MACHADO DE ASSIS: O CRONISTA SOCIAL**

Monografia de conclusão do Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo da Universidade de Caxias do Sul, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Ribeiro

**ARTHUR MONTEIRO CHIAPINOTTO**

Monografia de conclusão do Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo da Universidade de Caxias do Sul, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Ribeiro

**Aprovado em: \_\_\_/11/2014**

**Banca Examinadora:**

---

Professor Doutor Paulo Ricardo Ribeiro  
Universidade de Caxias do Sul – UCS

---

Professora Doutora Alessandra Paula Rech  
Universidade de Caxias do Sul – UCS

---

Professor Mestre Marcell Bocchese  
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Dedico este trabalho aos meus pais que trabalharam muito para me permitir ter acesso à educação de qualidade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar ao professor Paulo Ribeiro pelas lições de jornalismo e pela orientação na produção desta pesquisa. Ao meu pai, Ricardo Alberto Chiapinotto, postumamente, pelo exemplo de caráter e dedicação aos objetivos. A minha mãe, Silvia Natalina Chiapinotto, pelos conselhos e orientações. Também agradeço a Camille Lopez, pela paciência em ouvir os desafios em produzir este trabalho.

*“Palavra puxa palavra, uma ideia traz outra, e assim se faz um livro, um governo, ou uma revolução.”*

**Machado de Assis**

## RESUMO

Nesta pesquisa foram analisadas crônicas escolhidas da série “Bons Dias!”, escrita por Machado de Assis entre 1888 e 1889. As hipóteses testadas para esta pesquisa foram: Machado de Assis fazia um acompanhamento “confesso que vivi” em suas crônicas; Machado de Assis era um arguto observador das questões políticas de seu tempo; Machado de Assis teve a perspicácia de fazer a leitura do Brasil do futuro. Utilizando-se da metodologia de análise qualitativa de conteúdo. A questão norteadora da pesquisa é identificar os traços do cronista social em Machado de Assis dentro do período da Lei Áurea até período próximo da declaração da República.

**Palavras chaves:** Jornalismo Literário. Crônica. Observador Social.

## Résumé

Dans cette recherche nous avons analysé des chroniques choisies de la série "Bons Dias!", écrite par Machado de Assis entre 1888 et 1889. Les hypothèses essayées pour cette recherche ont été: Machado de Assis faisait le récit de ses expériences personnelles dans ses chroniques; Machado de Assis était un observateur des questions politiques de son temps; Machado de Assis avait la perspicacité de faire la lecture du Brésil à venir. La méthodologie utilisée est celle d'une analyse qualitative de contenu. La question d'orientation de la recherche est d'identifier les traits du chroniqueur social chez Machado de Assis au milieu de la période de la loi « Áurea » jusqu'à la période précédant la déclaration de la République.

**Mots clés:** Journalisme littéraire. Chronique. Observateur Social.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. A CRÔNICA NO BRASIL: EVOLUÇÃO E TRAJETÓRIA .....</b>	<b>13</b>
2.1 CARACTERÍSTICAS DA CRÔNICA .....	21
2.2 JORNALISMO E LITERATURA .....	23
<b>3. O CONTEXTO DE MACHADO DE ASSIS.....</b>	<b>27</b>
3.1 A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA.....	32
<b>4. MACHADO DE ASSIS CRONISTA.....</b>	<b>35</b>
<b>5. METODOLOGIA .....</b>	<b>39</b>
<b>6. ANÁLISE DE CRÔNICAS ESCOLHIDAS .....</b>	<b>43</b>
6.1 INFERÊNCIAS.....	67
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>70</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>73</b>
<b>9. ANEXOS .....</b>	<b>76</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O tema definido para esta pesquisa foi o de identificar as personagens públicas presentes nas crônicas de Machado de Assis. Isso referindo-se a quem era representado no cotidiano escrito de Machado. A pesquisa teve como delimitação de tema as crônicas escolhidas do jornal *Gazeta de Notícias* das seguintes datas: 5 de abril de 1888, 4 de maio de 1888, 11 de maio de 1888, 19 de maio de 1888, 1º de junho de 1888, 26 de junho de 1888, 19 de julho de 1888, 10 de novembro de 1888, 7 de junho de 1889 e 29 de agosto de 1889.

A questão norteadora da pesquisa é identificar os traços do cronista social em Machado de Assis dentro do período da Lei Áurea até os momentos anteriores à declaração da República. Aqueles fatos históricos que compreendem o período de escrita das crônicas.

A escolha de Machado de Assis como objeto desta pesquisa, mais especificamente suas crônicas, se dá no interesse de descobrir se o autor de romances com grande universo de personagens abrangeu também em seu ofício de cronista o mesmo recorte social. É notório que na elaboração de seus romances Machado explorou as relações de embate morais na sociedade. Em *Quincas Borba*<sup>1</sup> é apresentado o *humanitismo*, que nada mais é do que uma sátira à lei do mais forte presente no já corriqueiro *jeitinho brasileiro*<sup>2</sup>. Em outro romance de renome, *Esaú e Jacó*, vemos uma breve cena entre uma dama da alta sociedade carioca com uma praticante da umbanda, neste período vista de forma muito avessa pelo grande público<sup>3</sup>. Em *Dom Casmurro*<sup>4</sup> e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*<sup>5</sup> existe permeada à narrativa dos romances, a relação entre a burguesia carioca e as classes socioeconômicas inferiores que realizavam trabalhos braçais e de asseio.

O recorte escolhido das crônicas foi selecionado devido a sua importância histórica, pois compreende o ano em que a lei de abolição da escravatura foi apresentada à Câmara dos Deputados e posterior assinatura da Lei Áurea que extinguiu a escravidão juridicamente. Também dentro do período abordado pelas crônicas começam os movimentos em favor da República. É com essa motivação

---

<sup>1</sup> Quincas Borba foi publicado no ano de 1891 e traz um já conhecido personagem apresentado no romance Memórias Póstumas de Brás Cubas, o professor Rubião.

<sup>2</sup> O conceito é explorado durante toda a obra, mas aparece pela primeira vez no capítulo VI p.56 do livro editado pela L&PM em 2008.

<sup>3</sup> Capítulo I p.19 do livro publicado pela editora Saraiva de Bolso em 2011.

<sup>4</sup> Publicado originalmente em 1900.

<sup>5</sup> Publicado originalmente em 1881.

que se desenvolve este trabalho. A intenção é buscar que tipos eram representados nas crônicas do fundador da Academia Brasileira de Letras e um dos pais, com José de Alencar, da crônica brasileira.

Para tanto se levantará as seguintes hipóteses:

1. Machado de Assis fazia um acompanhamento “confesso que vivi” em suas crônicas, geralmente elaboradas por suas observações do senado e da câmara de deputados.
2. Machado de Assis era um arguto observador das questões políticas de seu tempo, por muitas vezes tecendo críticas irônicas ao comportamento da época.
3. Machado de Assis utilizou suas crônicas para fazer crítica social dos acontecimentos, como o nascimento da república e a atuação dos políticos da época.
4. Machado de Assis teve a perspicácia de fazer a leitura do Brasil do futuro.

Esta pesquisa tem como objetivo geral Identificar os biotipos mais comuns nas crônicas produzidas no jornal Gazeta de Notícias no período das crônicas escolhidas sob o título de “Bons Dias!”. O objetivo específico é o de observar o tratamento das personagens públicas no andamento das crônicas produzidas por Machado de Assis.

O caminho a ser percorrido pela presente monografia será o seguinte: Capítulo 2 A crônica no Brasil: evolução e trajetória; onde se abordará o histórico da crônica no Brasil, assim como grandes nomes do gênero que auxiliaram a estabelecê-lo e modernizá-lo; Capítulo 3 O contexto de Machado de Assis, trará uma ambientação do contexto brasileiro no momento da escrita da série de crônicas escolhidas para análise; Capítulo 3.1 A Abolição da Escravatura, será um resumo sobre a questão escravista brasileira, tendo números de pessoas escravizadas, assim como as questões que levaram ao fim da escravidão; Capítulo 4 Machado de Assis Cronista tratará sobre o que ocorria na vida de Machado de Assis durante a escrita da série “Bons Dias!”; Capítulo 5 Metodologia será sobre a metodologia de análise a ser aplicada na leitura das crônicas escolhidas como *corpus* da pesquisa; Capítulo 6 Análise de Crônicas Escolhidas será como o próprio nome refere-se o

capítulo da leitura analítica das crônicas; Capítulo 6.1 Inferências trará as percepções providas pela análise das crônicas e Capítulo 7 Considerações Finais que trará um apanhado e recapitulação das impressões obtidas através da análise das crônicas.

A metodologia a ser usada é uma leitura qualitativa da análise de conteúdo que terá como base o livro de Wilson Corrêa da Fonseca Júnior, que diz que a análise de conteúdo produz inferências que são consideradas operações lógicas destinadas a extrair conhecimentos sobre aspectos latentes nas mensagens analisadas. Utilizará também o livro de Laurence Bardin que afirma que a análise de conteúdo constitui um bom instrumento para se investigarem as causas, sendo elas variáveis inferidas, a partir dos efeitos, que seriam referências nos textos. O principal desse método de análise é a produção de inferências que serão apresentadas conforme a análise se desdobrar.

A pesquisa pretende concluir que Machado de Assis representou como um cronista social os mesmos personagens de seus grandes romances. Seriam eles a burguesia carioca com suas contradições frente ao avanço social que se avizinhava, seja com ex-escravos oprimidos que apareciam reféns de um contexto duro, seja com suas críticas à alienação da população frente aos movimentos sociais e seus significados.

## 2 A CRÔNICA NO BRASIL: EVOLUÇÃO E TRAJETÓRIA

A crônica brasileira surgiu no período imperial, se afirmando na época do golpe da maioria<sup>6</sup>. O gênero, primeira forma de literatura brasileira, foi se estabelecendo com a modernização por qual passaram os jornais durante o segundo reinado, tendo no Rio de Janeiro do século XIX sua principal fonte de publicações e histórias. O Rio de Janeiro, também, foi responsável pelo estabelecimento dos primeiros cronistas e dos que abrigaram o gênero. A crônica, como dito pelo autor Jorge de Sá em seu livro “A crônica”, tem em sua constituição as seguintes características:

A observação direta é o ponto de partida para que o narrador possa registrar os fatos de tal maneira que mesmo os mais efêmeros ganhem uma certa concretude. Essa concretude lhes assegura a permanência, impedindo que caiam no esquecimento (...) Estabelecendo essa estratégia, Caminha estabeleceu também o princípio básico da crônica: registrar o circunstancial. (SÁ, 1992, p.6)

Jorge de Sá estabelece a carta de Pero Vaz de Caminha como primeiro relato em formato de crônica. Pero Vaz de Caminha, inaugurou, sem querer, a primeira crônica em terras brasileiras. No entanto, a crônica como soma de literatura e jornalismo só se daria anos mais tarde. O autor, Felipe Pena, estabelece a junção da literatura e do jornalismo da seguinte forma: “A ficção jornalística não tem compromisso com a realidade, apenas a explora como suporte para a sua narrativa”(PENA, 2006, p.114).

A crônica no Brasil, a princípio, foi chamada no século XIX de *folhetim*<sup>7</sup>. A autora Hérís Arnt, em seu livro “A influência da literatura no jornalismo: o folhetim e a crônica”, estabelece a publicação do romance de Manuel Antônio de Almeida “Memórias de um sargento de Milícias” em folhetim no *Correio Mercantil* entre 27 de junho de 1852 e 31 de julho de 1853 como o pioneiro no Brasil. Ela também discorre que a entrada de José de Alencar, em 1854, para escrever a série de crônicas “Ao correr da pena” como um marco para estabelecer a crônica *per se*. Conforme Hérís Arnt:

---

<sup>6</sup> Movimento em que monarquistas fizeram assumir o poder o jovem D. Pedro II de dezesseis anos à época.

<sup>7</sup> O escritor José de Alencar referia-se a suas crônicas como “meu folhetim” e chegou a escrever sobre a falta de consenso na academia em separar “folhetim” de “crônica” em 24 de setembro de 1854 no *Correio Mercantil*.

O segundo passo em direção ao jornalismo literário foi a entrada de José de Alencar para o *Correio Mercantil*, em 1854. Suas crônicas versam sobre a sociedade da Corte, com sua mediocridade e preocupações fúteis, onde a vida parecia transcorrer entre as apresentações no teatro lírico, os bailes no Cassino, as tardes no Jockey Club e as noites calorentas passadas no Passeio Público, já em processo de urbanização com a recente iluminação a gás. Só as epidemias de cólera pareciam abalar a tranquilidade da cidade. (ARNT, 2002, p.54)

No século XIX, nos jornais do Rio de Janeiro, os folhetins recebiam contos, poemas, ensaios e outros diversos escritos que informassem sobre o dia ou a semana. Assim, nem todos folhetins eram crônicas. Jorge de Sá aborda a questão de que a narrativa curta da crônica seria considerada por muitos como igual a ao conto. Ele, no entanto, dita as diferenças entre os gêneros:

O conto tem uma densidade específica, centrando-se na exemplaridade de um instante da condição humana, sem que essa exemplaridade se refira a valoração moral, já que uma grande mazela pode muito bem exemplificar uma das nossas faces. A crônica não tem essa característica. (SÁ, 1992, p.7)

O autor, esclarece sobre as diferenças entre as produções feitas por um contista e um cronista:

O cronista age de maneira mais solta, dando a impressão de que pretende apenas ficar na superfície de seus próprios comentários, sem ter sequer a preocupação de colocar-se na pele de um narrador, que é, principalmente, personagem ficcional (como acontece nos contos, novelas e romances). Assim, quem narra uma crônica é o seu autor mesmo, e tudo o que ele diz parece ter acontecido de fato, como se nós, leitores, estivéssemos diante de uma reportagem. (SÁ, 1992, p.9)

Nesse período, a presença de escritores, que nos tempos atuais seriam celebrados como “clássicos”, era constante. Conforme Nelson Werneck Sodré, “Os homens de letras faziam imprensa e faziam teatro. Naquela encontravam liberdade relativa para as suas criações literárias...” (SODRÉ, 1999, p.192). O *Jornal do Comércio* foi o grande veículo da primeira metade do século XIX no Brasil. Ele foi fundado em 1827 e nas palavras de Sodré “era o mais importante órgão político do Rio de Janeiro e afirmava-se no campo literário ao reunir escritores para suas fileiras”(SODRÉ, 1999, p.190). Jorge de Sá, descreve a decisão de “ir a campo” de Paulo Barreto, também conhecido como João do Rio, como quebra de paradigma aos folhetins da época.

Acontece que Paulo Barreto percebeu que a modernização da cidade exigia uma mudança de comportamento daqueles que escreviam a sua história diária. Em vez de permanecer na redação à espera de um informa para ser transformado em reportagem, o famoso autor de *As religiões no Rio* ia ao local dos fatos para melhor investigar e assim dar mais vida ao seu próprio texto (...) construiu uma nova sintaxe, impondo aos seus contemporâneos uma outra maneira de vivenciar a profissão de jornalista. (SÁ, 1992, p.8)

Sá afirma que essa modificação consagrou João do Rio como o grande cronista do mundano. “Dando à crônica uma roupagem mais literária” (SÁ, 1992, p.9)

No ano de 1855, Machado de Assis, aos 16 anos, começaria a colaborar para o impresso *Marmota* que publicava romances e novelas anônimas no Rio de Janeiro. Ele também contribuiria como revisor do *Correio Mercantil* em 1859. Mas somente em 1860 foi que Machado começou como jornalista encarregado da cobertura do senado pelo *Diário do Rio de Janeiro*. Machado colaborou com dezenas de crônicas. O escritor contribuiu por 40 anos para diversos periódicos. Citando a autora Hérís Arnt: “As crônicas de Machado de Assis não envelhecem, não só porque superariam a própria fragilidade da crônica cotidiana, mas porque apresentariam um Brasil imutável” (ARNT, 2002, p.73). A autora ainda afirma que: “A leitura dessas crônicas é indispensável nas áreas de conhecimento que tenham por objeto de estudo a sociedade brasileira” (p.77). Arnt, ainda explana sobre os desdobramentos que a produção cronista de Machado de Assis tem sobre a literatura nacional.

Com sua ironia, talvez tenha sido o único brasileiro que conseguiu examinar a sociedade sem paixões. Seu humor destacava-se mais nas crônicas do que nos romances, conferindo um tom grave a acontecimentos leves, às coisas do dia-a-dia, brincando com as coisas sérias. Colocou seu olhar lúcido e melancólico em tudo o que escreveu (ARNT, 2002, p.71).

O estilo conferido as crônicas de Machado, conforme Arnt, é direto e de temática impessoal. De acordo com ela:

O tratamento dado as crônicas por Machado de Assis é objetivo, os temas são sempre impessoais. Este é o aspecto que incomodava os críticos da época, que não viam um engajamento do autor nas causas políticas da época. Contudo, suas crônicas fazem uma crítica sutil às grandes questões nacionais (ARNT, 2002, p.77).

Sobre a aparente falta de engajamento, a própria autora Hérís Arnt, demonstra que as crônicas de Machado devem ser lidas aos montes para que se capte a mensagem geral.

Implacável na análise, semelhante a um pintor impressionista, vai dando pinceladas – pequenas frases inseridas, reflexões esparsas ao longo de crônicas aparentemente descomprometidas – e o quadro está pronto (ARNT, 2002, p.73).

A morte de Machado de Assis em 1907, além de seus desdobramentos para a literatura nacional, trouxe o fim de um período da crônica. O que viria a seguir seria uma grande imprensa informativa, nas palavras de Hérís Arnt.

Apesar de o gênero folhetinesco ter ido mais longe no século XX, e a crônica de influência literária nunca ter deixado de estar presente em nossos jornais, o jornalismo começa a se modificar, a partir daí, em direção à grande imprensa informativa. (ARNT, 2002, p.53)

Após a morte de Machado de Assis, a crônica brasileira entraria em uma segunda etapa. Entre os diversos escritores de renome que a compuseram estavam: Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes, Luis Fernando Veríssimo, Clarice Lispector, Rubem Braga, Moacyr Scliar, Nelson Rodrigues e Ruy Castro. Esse período, iniciado no começo do século XX, trouxe maior profissionalização das atuações jornalísticas (rigor na apuração e texto), assim como a posterior utilização do *lead*. Esta estratégia, conforme dito pelo autor Felipe Pena, “era de trazer mais cientificidade aos jornais, amenizando a influência da subjetividade em suas páginas(PENA, 2006, p.15). O autor considera, no entanto, que a fórmula realmente trouxera mais agilidade, mas não retirara a subjetividade de seus textos. Vale ressaltar, que a crônica, apesar das modernizações ocorridas nas redações brasileiras, não sofreu grandes modificações em sua estrutura. Margarida de Souza Neves, em artigo publicado no livro “A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil”, afirma que:

Se em sua acepção original, aquela da linhagem das crônicas coloniais, ela pretende-se registro ou narração dos fatos e suas circunstâncias em sua ordenação cronológica, tal como estes pretensamente ocorreram de fato, na virada do século XIX para o século XX, sem perder seu caráter de narrativa e registro, incorpora uma qualidade moderna: a do lugar reconhecido à subjetividade do narrador (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 1992, p.82).



Muitos cronistas brasileiros contribuíram para a literatura durante o século XX e XXI. Entre eles estava Rubem Braga(1913-1990). Braga atuou como jornalista em Pernambuco, onde chegou a fundar revista própria, São Paulo e Rio de Janeiro. Teve atuação destacada, como jornalista, durante a incursão da FEB na Itália durante a segunda guerra mundial. Mas sua maior contribuição foi na produção de crônicas que retratavam a vida cotidiana do brasileiro. O autor Jorge de Sá, ao citar Rubem Braga, resume a face da crônica em capturar um instante: “A verdade não é o tempo que passa, a verdade é o instante”(SÁ,1992,p.12). Sá descreve o estilo de Rubem Braga da seguinte forma: “...o despojamento verbal, que implica uma construção ágil, direta, sem adjetivações”(SÁ,1992,p.13). Rubem Braga, por muitas vezes, descrevia a melancolia da atmosfera urbana em contraste com a juventude de um menino da roça. Sá descreve o método de escrita e a forma de mundo do escritor ao citá-lo: “entre o mundo puro e infinito de sempre e o mundo precário e quadriculado de todo dia”(SÁ, 1992, p.18).

Outro importante encarregado pela crônica brasileira foi Carlos Drummond de Andrade(1902-1987), que foi um poeta, contista e cronista. Em sua crônica “A loja fechou”, Drummond define a crônica e sua relação com objetos e construções de seu meio para sua produção. O cronista lamenta a implosão de um prédio,“O Camiseiro”, no Rio de Janeiro:

Peço à musa da crônica uma nênia pela morte de O Camiseiro. Uma casa tão popular, tão dentro da vida carioca durante quase meio século, não pode acabar assim, sem o acompanhamento sentimental de uma coroa de palavras”

O autor Jorge de Sá descreve que: “o cronista poeta descobre em si mesmo um vínculo maior: sua identificação com as coisas que estão ”dentro da vida carioca” (SÁ, 1992, p.66). Drummond, em sua acepção cronista, retratou a vida carioca sobre os moradores e a relação deles com a cidade, seus personagens típicos e casos corriqueiros. Isso não quer dizer que as crônicas assumissem uma interpretação única a realidade carioca. Sá descreve essa relação:

Enfim, particularizando o Rio, essa vertente desemboca no mesmo mar de significações: o ser humano tentando compreender o mundo à sua volta a partir da sua própria relação com outros seres, objetos e fatos, por mais transitórios que eles sejam (SÁ, 1992, p.70).

Durante o período de Vinicius de Moraes(1913-1980) a forma de impressão, pelo método off-set proporcionou aos jornais alcance nacional. Isso tornou o alcance da crônica muito maior do que antes, concentrado as capitais estaduais e grandes centros urbanos. Vinicius de Moraes, se notabilizou por suas contribuições à MPB e a bossa-nova, poemas, contos, peças teatrais e crônicas. Moraes era conhecido no meio intelectual carioca como um boêmio inveterado. De vasta obra, Moraes teve seu maior reconhecimento na poesia. Ao analisar Vinicius de Moraes, o autor Jorge de Sá, transcreve um trecho do livro “O exercício da crônica” de autoria de Moraes. O fragmento vem a seguir:

Escrever prosa é uma arte ingrata. Eu digo prosa fiada, como faz um cronista; não a prosa de um ficcionista, na qual este é levado meio a tapas pelas personagens e situações que, azar dele, criou porque quis. Com um prosador do cotidiano, a coisa fia mais fino” (SÁ, 1992, p.73).

Com esse fragmento, Sá analisa as diferenças entre ficcionistas e cronistas, dialogando que o ficcionista deve criar eventos com verossimilhança e coerência de texto. Já o cronista deve “injetar um sangue novo em um fato qualquer” (SÁ, 1992, p.74). Vinicius de Moraes estabelecia em suas crônicas a ideia que Sá salienta como “conversa fiada” O autor afirma que no espaço literário da crônica sempre deve haver o dialogismo entre pessoas que se prezam, bate-papo em família ou em reunião de amigos. Ressalta-se: “Assim, mesmo que o narrador não se coloque na primeira pessoa e se dirija claramente a um interlocutor, a ideia de diálogo deve permanecer”(SÁ,1992, p.75).

Clarice Lispector(1920-1977), nascida na Ucrânia e naturalizada brasileira<sup>8</sup>, atuou como jornalista e escritora no Rio de Janeiro. Clarice Lispector escreveu por diversos anos para revistas e jornais do Rio de Janeiro, mas sua obra mais significativa foram os romances publicados. Em artigo de Alberto Dines, publicado na revista “Cadernos de Literatura”, do Instituto Moreira Salles, é esclarecido a temática de suas participações nos impressos e um pouco de seu estilo:

O que se comprova é que a ficcionista incluiu, no contato semanal com as leitoras de Comício, um bocado dos seus gostos literários. Porque, além de falar de roupas e de outros assuntos considerados fúteis, Teresa Quadros também reproduzia textos e opiniões de autores que, esses sim, sua criadora precisava ter “experimentado”. Pelas mãos da colunista apareceriam, por exemplo, trechos e referências a escritos da Condessa de

---

<sup>8</sup> Clarice Lispector se declarava pernambucana.

Noailles, de Virginia Woolf, de Katherine Mansfield<sup>9</sup> – e de Clarice Lispector. (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.4)

Moacyr Scliar(1937-2011), médico nascido em Porto Alegre e membro da Academia Brasileira de letras, foi um importante escritor brasileiro, que ressaltou em suas crônicas o cotidiano da capital gaúcha, assim como peculiaridades da imigração judaica e da classe média brasileira. Em artigo, intitulado “Duas leituras sobre as transformações da cultura urbana de Porto Alegre nos anos 1970: entre memória e ficção”, de Charles Monteiro, publicado na revista da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a Estudos Ibero-Americanos número 30 de 2004, é apresentada a concepção de memória e percepção do espaço público representado nas crônicas de Moacyr Scliar e Nilo Ruschel. Monteiro apresenta o estilo e representações de Scliar da seguinte forma:

A obra de Scliar se diferencia da tradição de cronistas das cidades brasileiras e de Porto Alegre pela dimensão ficcional da sua escrita. Enquanto a maioria dos cronistas abordaram os sujeitos e espaços urbanos utilizando-se da linguagem realista, Scliar situa-se na corrente do realismo fantástico que se desenvolve na literatura latino-americana a partir dos anos 1960. Nesse sentido, em suas crônicas percebem-se referências a lugares, sujeitos e acontecimentos reais do passado da cidade, mas também ocorre uma refiguração ficcional dessa matéria em personagens, lugares e tempos imaginários. Outra particularidade é que enquanto a maioria dos cronistas da cidade eram memorialistas, que procuravam reelabora memórias do passado da sociedade porto-alegrense, Scliar situa suas narrativas no presente ou num “quase-presente”(MONTEIRO, 2004, p.9).

Nelson Rodrigues (1912-1980), foi um escritor e jornalista brasileiro, por muitos considerado o mais importante dramaturgo de nossas terras. Nelson Rodrigues tinha a alcunha de “anjo pornográfico”, pois a maioria de seus trabalhos envolvia a sexualidade e questões morais da sociedade carioca e brasileira. Nelson Rodrigues também se consagrou com suas crônicas esportivas. Em artigo publicado na revista *Em Tese*, em 1998, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários (Pós-Lit) da FALE-UFMG, o autor, Marcelino Rodrigues da Silva, escreve sobre: “O mundo do futebol nas crônicas de Nelson Rodrigues”. Ele descreve a relação das crônicas de Rodrigues com o futebol, assim como seu estilo de linguagem.

Um dos exemplos mais significativos desse processo são as crônicas de Nelson Rodrigues, um autor que explorou de modo radical as liberdades da crônica na relação com os fatos esportivos. Em uma crônica de 56, Nelson

diz que o cronista deveria “retocar o fato”, “transfigurá-lo”, “dramatizá-lo”, dando a eles “uma dimensão nova e emocionante”, deveria “pentear ou desgrenhar o acontecimento, e, de qualquer forma negar sua imagem autêntica e alvar”(DA SILVA, 1998, p.107).

Luis Fernando Veríssimo, nascido em Porto Alegre em 26 de setembro de 1936, é um respeitado escritor brasileiro e cronista publicado em diversos jornais nacionais. O escritor é especialmente reconhecido por seu livro “O analista de Bagé” e seus trabalhos como roteirista de séries de televisão. Veríssimo é também conhecido por ser filho de Érico Veríssimo, um dos grandes romancistas brasileiros do século XX. Em artigo intitulado “A crônica e conto de Luis Fernando Veríssimo na formação do leitor” da UNIOSTE, a professora Rosiney Fernandes Limoeiro escreve sobre o estilo de Veríssimo e a sua capacidade de provocar o leitor. Segundo ela:

Outras características da sua obra são os vazios, os implícitos, que pedem um leitor capaz de preencher essas lacunas, a fim de que este se dê conta da verdadeira intenção do que é proferido. Também a transgressão é marca de seus textos, sendo que o leitor, às vezes, é surpreendido com situações inesperadas criadas pelo autor, que atrai o leitor para um caminho confiante, mas que repentinamente será alterado, originando um redimensionamento de crenças em relação às expectativas geradas (LIMOEIRO, 2010, p.11).

Ruy Castro, nascido em 1948, trabalhou como repórter em 1967 pelo *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro e teve passagem por diversos impressos cariocas e paulistas. No começo da década de noventa, Castro se focaria na escrita de suas obras mais conhecidas. Sua principal contribuição para a literatura brasileira está nas biografias de Garrincha, Carmen Miranda e Nelson Rodrigues, isso sem contar suas inúmeras crônicas. Castro, hoje, mantém uma coluna na Folha de São Paulo e em 2013 publicou seu último livro intitulado *Morrer de prazer – Crônicas da vida por um fio*, onde escreve, conforme o jornalista Vitor Hugo Brandalise, sobre mulheres e a vida rotineira:

59 crônicas leves e confessionais, fala sobre mulheres (não raro, de “coxas douradas”), prazeres (como empadinhas) e durezas (ele tem alguma experiência nisso) que vivenciou em bem aproveitados 65 anos (BRANDALISE,2013).

Em entrevista ao blog da revista GQ, em 19 de julho de 2013, Castro afirma uma característica importante do cronista “O cronista ou memorialista não precisa ter o compromisso quase canino com a verdade. A memória pode falhar, você sabe. Não quer dizer que o cronista deva mentir(CASTRO, 2013). Assim, mostra-se uma

constante nas biografias de Castro, que sempre buscou diversas fontes para corroborar as histórias dos biografados.

## 2.1 Características da Crônica

A crônica brasileira, apesar de suas origens europeias, desenvolveu características próprias em nosso país. Da origem do gênero nos diários franceses até a imprensa moderna no Brasil, diversos autores contribuíram para seu estabelecimento e desenvolvimento. Antonio Candido, em capítulo do livro “A Crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil”, atenta para a cumplicidade que a crônica tem com a grande população.

Por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 1992, p.13).

Antonio Candido segue com uma definição da crônica, que em sua simplicidade se aproxima do leitor no texto:

Na sua despreensão, humaniza; e esta humanização lhe permite, como compensação sorrateira, recuperar com a outra mão uma certa profundidade de significado e um certo acabamento de forma, que de repente podem fazer dela uma inesperada embora discreta candidata à perfeição (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 1992, p.14).

A crônica, portanto, apesar de sua aparente simplicidade contém uma proximidade com o real que a torna o gênero que sintetiza o dia a dia. O autor Jorge de Sá esclarece a atuação e a construção da crônica dentro da sua periodicidade e rapidez.

Os acontecimentos são extremamente rápidos, e o cronista precisa de um ritmo ágil para poder acompanhá-los. Por isso sua sintaxe lembra alguma coisa desestruturada, solta, mais próxima da conversa entre dois amigos do que propriamente do texto escrito. Dessa forma, há uma proximidade maior entre as normas da língua escrita e da oralidade sem que o narrador caia no equívoco de compor frases frouxas, sem a “mágica” da elaboração, pois ela não perde de vista o fato de que o real não é meramente copiado, mas recriado (SÁ, 1992,p.10).

Pode-se dizer que a crônica e o cronista constituem-se em “funcionários da memória” de seu ambiente, registrando, por vezes de forma livre, o sentimento e almejando, ainda que não intencionalmente, retratar o *zeitgeist* em que se inserem. A crônica, por suas limitações de espaço e periodicidade contém elementos em sua composição linguística que a tornam muito específica dentro do jornalismo. A mistura entre coloquialismo e formalidade é seu terreno. Conforme o autor Jorge de Sá, em referência a essa combinação entre coloquial e formal:

O dialogismo, assim, equilibra o coloquial e o literário, permitindo que o lado espontâneo e sensível permaneça como o elemento provocador de outras visões do tema e subtemas que estão sendo tratados numa determinada crônica, tal como acontece em nossas conversas diárias (...) (SÁ, 1992, p.11).

Os assuntos que dão forma a crônica devem estar inseridos na rotina do cronista e devem espelhar uma concentração das condições da sociedade em que ele se encontra. No entanto, nem tudo é assunto de crônica. Conforme Sá:

Embora não tenha preconceitos temáticos, não acolhe toda e qualquer matéria: dentro do seu campo de ação – o acidental captado “quer num flagrante de esquina, quer nas palavras de uma criança ou num incidente doméstico” -, a crônica deve escolher um fato capaz de reunir em si mesmo o “disperso conteúdo humano”, pois só assim ela pode cumprir o antigo princípio da literatura: “ensinar, comover e deleitar” (SÁ, 1992, p.22).

Assim, pode-se dizer que a crônica funciona como uma lupa para dentro de uma sociedade, utilizando-se de fatos corriqueiros para condensar o espírito humano. A crônica brasileira, mais especialmente nos autores já citados, representou as incoerências, vícios, hábitos e personagens tão característicos do Brasil. O autor Antonio Candido sintetiza de forma muito prática a formatação da crônica:

Ao longo deste percurso, foi largando cada vez mais a intenção de informar e comentar (deixada a outros tipos de jornalismo), para ficar sobretudo com a de divertir. A linguagem se tornou mais leve, mais descompromissada e (fato decisivo) se afastou da lógica argumentativa ou da crítica política, para penetrar poesia adentro. Creio que a fórmula moderna, onde entra um fato miúdo e um toque humorístico, com o seu *quantum satis* de poesia, representa o amadurecimento e o encontro mais puro da crônica consigo mesma (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 1992, p.15).

É possível afirmar que a crônica brasileira é fundamentada no jogo entre a construção linguística coloquial e a formal, mas que, apesar de sua aparente despreocupação, se aprofunda em temas críticos de interesse humano.

## 2.2 Jornalismo e literatura

A relação e conceituação entre jornalismo e literatura é muito discutida por diversos autores. Por vezes, encontramos autores que classificam o jornalismo como subgênero da literatura, por outras, como seu igual e pertencente a própria. Dessa forma, conceituaremos o jornalismo literário e a relação entre jornalismo e literatura de acordo com os principais autores brasileiros. Em artigo publicado no livro “Jornalismo e Literatura: A sedução da palavra”, Moacyr Scliar, dialoga sobre a relação entre jornalismo e literatura e as contribuições que um traz ao outro. Conforme ele: “Há sim uma fronteira entre jornalismo e ficção. Mas é uma fronteira permeável, que permite uma útil e amável convivência” (CASTRO e GALENO, 2005, p.14).

Apesar das discussões que por vezes se encontram na conceituação da relação entre os dois gêneros, o autor Manuel Ángel Vázquez Medel, apresenta a seguinte concepção:

Com efeito, desde o romanticismo, jornalismo e literatura têm andado sempre de mãos dadas. Começa a ser comum afirmar que em alguns artigos, reportagens ou crônicas publicadas na imprensa, encontra-se a melhor prosa atual. Tampouco pode negar-se que em poucos momentos da história os escritores têm tido uma presença tão importante na imprensa como nesses últimos anos. Quiçá isso seja devido ao papel desempenhado pelos suplementos culturais, ao auge do “articulismo” literário, à recuperada presença do conto e à publicação na imprensa, por entrega, de obras de ficção. Por tudo isso, não parece arriscado demais pensar na influência que o jornalismo e a aplicação das novas tecnologias têm hoje nos gêneros narrativos (CASTRO e GALENO, 2005, p.16).

Dessa forma, podemos afirmar que o jornalismo, hoje, está envolto de literatura. Seja em reportagens especiais, com texto de mais fôlego e livre, seja em seções especiais dos jornais destinadas à literatura. O mesmo autor, Manuel Ángel Vázquez Medel, aponta que uma problemática da relação entre jornalismo e literatura vem de seus princípios básicos serem diferentes, onde um busca o essencial humano e o outro o circunstancial.

As relações entre criação literária e exercício jornalístico têm sido problemáticas desde seu início. Parece que aquela, sem abandonar a

dimensão lúdica e fruitiva, deve encaminhar-se para o *essencial humano*, bem que encarnado nas inevitáveis coordenadas espaçotemporais que nos constituem. A atividade informativa, ao contrário, aponta mais para o efêmero, passageiro, *circunstancial* (CASTRO e GALENO, 2005, p.18)

Outro autor, Antonio Olinto, em livro, apresenta o debate da relação entre jornalismo e a ficção, recaindo sobre a produção das reportagens e sua construção literária.

Assim é que, tal como no caso da reportagem, a obra de arte tem sempre por base a realidade, constituindo-se, a ficção, numa associação de possíveis realidades que palpitam no mundo externo (OLINTO, 2008, p.38).

A dicotomia entre “criação literária” e “exercício jornalístico”, resulta no que vemos impresso nos jornais. Matérias factuais retratando o dia a dia e enaltecendo a rotina como grande peça. Já a literatura, por sua liberdade de espaço e função diferente, se permite alongar nas mais diversas formas e temas possíveis, resultando numa representação e num estudo do humano. A autora, Nanami Sato, em artigo intitulado “Jornalismo: namoros com a literatura”, da revista *Comunicare* de 2001, aponta a seguinte relação entre jornalismo e literatura:

Sem compromissos com a fidelidade ao factual, a literatura faz também da vida cotidiana o centro de seu acontecer, mas produz um universo próprio que eleva as questões a um patamar superior, fazendo ver ao leitor uma complexidade que não se deixa captar facilmente no dia-a-dia (SATO, 2001, p. 84).

Vázquez traz uma importante definição das diferenças de atuação entre o jornalista e o escritor.

Poderíamos definir o jornalista como um escritor que trabalha no calor da hora que segue, rastreia o acontecimento dia a dia, ao vivo. O novelista, para simplificar a dicotomia, é um homem que trabalha retrospectivamente, contemplando, analisando o acontecimento, quando sua trajetória chegou ao final (CASTRO e GALENO, 2005, p.20).

Vemos, a partir da atuação do jornalista e do novelista, de onde vem as diferenças redigidas previamente. A atuação de ambos se dá em esferas quase que opostas, mas é justamente no entrelaçar de pequenas dimensões de ambos que se produz a relação do jornalismo com a literatura. Conforme afirma Vázquez:

Agora, a retórica do discurso jornalístico (posto que todo fazer requer sua retórica, implícita ou explícita, formal ou informal) é, em muitos casos,



essencialmente coincidente com a do discurso literário (CASTRO e GALENO, 2005, p.20).

A própria validação do jornalismo como porta-voz do real e a literatura como do ficcional se confundem. Conforme a autora Nanami Sato, em artigo publicado no livro “Jornalismo e Literatura: A sedução da palavra”:

Antes, é preciso circunscrever um terreno pantanoso: o da conceituação de “real” e das possibilidades da linguagem de representá-lo. Sem entrar nas polêmicas de natureza filosófica, pode-se postular que o mundo, esfera de objetos cognoscível, pode ser concebido como existente em si, fora da atividade do sujeito e como parte de uma dinâmica de ordens sociais gerais e, portanto, históricas. A realidade, mutável e em mutação constante, carrega o princípio de sua própria contradição, desencadeando a transformação constante da história. A linguagem, ao tentar representar o real, funciona como mediadora da relação dialética entre sujeito e mundo real em contínua mudança (CASTRO e GALENO, 2005, p.30).

É justamente na relação dialética da linguagem entre sujeito e mundo que reside um entrelaçamento, não-intencional entre jornalismo e ficção.

Apesar da vocação para o “real”, o relato jornalístico sempre tem contornos ficcionais: ao causar a impressão de que o acontecimento está se desenvolvendo no momento da leitura, valoriza-se o instante em que se vive, criando a aparência do acontecer em curso, isto é, uma ficção (CASTRO e GALENO, 2005, p.30 e 31).

O jornalismo, obviamente, não se propõe diretamente a fazer ficção, mas se utiliza dela para recriar o instante em que a notícia foi “colhida” e para melhor contextualizar o ambiente em que tal fato noticioso se deu. Nanami Sato, enaltece os ganhos que a literatura pode trazer para o jornalismo que se dá ao luxo de ter tempo, conforme ela:

Dublês de jornalistas e escritores formam, quando bem combinados os dois ofícios, uma via de mão dupla em que a pressa do jornalista obtém a concisão e a rapidez que a ficção não pode aceitar de pronto, mas às quais responde com muito mais laudas, devidamente acompanhadas de reflexões mais demoradas, imunes aos desacertos e ao tormento da pressa. Exemplos não faltam nos percursores, mas os nomes óbvios vão de Eça de Queiroz a Ernest Hemingway, mostrando que o batente de jornalista pode fertilizar as letras e em contrapartida receber no caudaloso rio que é um jornal diário ou uma publicação semanal os pequenos afluentes que lhe trazem os escritores em textos curtos, de que são exemplos as crônicas (CASTRO e GALENO, 2005, p.116).

Podemos inferir que tanto o jornalismo quanto a literatura utilizam-se da matéria-prima da realidade para suas construções e muito por essa semelhança se apoiam e somam para a criação de um jornalismo literário. Conforme o autor, Rogério Menezes, em artigo publicado no livro “Jornalismo e Literatura: A sedução da palavra”, é a realidade o motor de ambos os gêneros:

O pano de fundo, a bem urdida teia, que inspira e impulsiona tanto o jornalismo, quanto a crônica e o romance é a crua e nua realidade, com todas as cores e dores que lhe são peculiares. Essa inspiração tem sentido: nada, nem a mais desvairada ficção, é mais fascinante, mais rica e mais pródiga de sentidos, sentimentos, significados, revelações e paixões que a vida real (CASTRO e GALENO, 2005, p.163)

### 3 O CONTEXTO DE MACHADO DE ASSIS

O Brasil do período imperial e pré-republicano era um país de faces contraditórias. Por um lado, a capital Rio de Janeiro, com avanços modernos e se redesenhando com a proclamação da Lei Áurea. Por outro, o interior rural onde a lógica da lei não teria efeito prático para milhões de escravos que trocavam a corrente por um soldo miserável e a contínua exploração. O segundo reinado, período mais longo onde o Brasil teve no poder um único homem, durou quarenta e nove anos, de 1840 à 1889. Dom Pedro II, assumiu o trono com o golpe da maioria, dando fim ao período regencial que ficou marcado por revoltas provinciais. Entre elas a Cabanagem(1835-1840), Balaiada(1838-1841) e Sabinada(1837-1838) no nordeste. No sul, a Revolução Farroupilha foi a que se arrastou pelo maior período de 1835 à 1845. O autor, Luiz Roberto Lopez, no livro “História do Brasil Imperial” sintetiza desta maneira o período:

Aquele foi o regime em que uma corte distante e protocolar, sediada no Rio de Janeiro, preocupou-se em conservar uma estrutura que beneficiava os senhores de terra e escravos e era diretamente manipulada pelos cafeicultores latifundiários do Vale do Paraíba do Sul. Tratava-se de um regime sem vinculações populares e sem qualquer representatividade no quadro da cultura e da sociedade tipicamente nacionais. O II Império foi o artifício político e jurídico destinado a preservar a herança colonial pelo máximo tempo possível e fazer com que à sua volta se unissem as grandes classes proprietárias (LOPEZ,1988,p.63).

Se tratando da produção cultural as elites não valorizavam e tampouco abraçaram o que era produzido aqui. Salvo exceções literárias, a corte só deu importância a produções europeias. Conforme Lopez:

Nunca, como naqueles anos, o Brasil teve manifestações culturais tão pouco ligadas à terra, nem mesmo na fase colonial. Literatura (com evidentes ressalvas) e principalmente música, artes plásticas, sistema parlamentar e divisões partidárias, tudo vinha da França, Itália e Inglaterra (LOPEZ,1988,p.64).

No período de 1850 o império brasileiro entraria no seu apogeu, após superadas as revoltas provinciais o reinado se beneficiou do primeiro ciclo do café. O café neste período era o grande motor da economia brasileira, tendo nos “barões do café” importantes figuras políticas da sociedade. No seio cultural, nascia o “herói

índio”, fruto de um nascente nacionalismo. José de Alencar e Carlos Gomes foram importantes contribuidores desse movimento. Lopez, o descreve assim:

Nas artes vigorava um romantismo de salão, importando, ao gosto de uma nobreza com títulos não-herediários de origem europeia. O incipiente nacionalismo glorificou o índio, uma maneira inofensiva, como observou Nelson W. Sodré, de valorizar o homem brasileiro. (...) No Brasil, o escapismo serviu à causa da alienação, o que interessou a uma classe dominante desejosa de manter privilégios coloniais por um momento ameaçados por avanços populares (LOPEZ, 1988, p.65).

O estado brasileiro nesse período se legitimava como protetor dos interesses dos grandes produtores agrários, já que os mesmos garantiam a funcionalidade do Império econômica e politicamente. O desenvolvimento do café no Oeste paulista, mais produtivo do que o Vale do Paraíba, trouxe também apoio a abolição da escravatura, já que a prática era contraprodutiva no viés financeiro.

Por outro lado, na medida que usava mão de obra assalariada, o burguês do café de São Paulo nada tinha contra a abolição da escravatura. Enfim, os segmentos urbanos que lutaram pela abolição agiram, pelo menos em parte, como prolongamento dos interesses inegavelmente progressistas da nova oligarquia. Veja-se que não foi por acaso que os únicos votos contrários à Lei Áurea partiram exatamente dos setores ligados à primitiva oligarquia cafeeira, os aristocratas escravistas do Vale do Paraíba (LOPEZ, 1988, p.70).

Mesmo a agricultura brasileira, contrariando exemplos internacionais, ajudou a fomentar a industrialização do país. Conforme Lopez:

Em resumo, o tradicional antagonismo latifúndio x burguesia industrial não vale para o caso brasileiro, uma vez que não surgiu aqui um processo de industrialização autônoma ou uma burguesia com visão própria das coisas. Social e economicamente, o processo industrial brasileiro nasceu ligado aos lucros e à prosperidade de atividades agroexportadoras (LOPEZ, 1988, p.71).

Um importante episódio para a formação da identidade do Brasil imperial foi a Guerra do Paraguai. O conflito que durou de dezembro de 1864 a março de 1870 exterminou um terço da população masculina paraguaia e aumentou a dependência brasileira com a coroa inglesa. Os motivos do início do conflito são polêmicos até hoje. O autor Luis Roberto Lopez, aponta que a disputa se deu por pressão da coroa britânica que não via na política econômica paraguaia um parceiro promissor e nos avanços territoriais que o ditador Francisco Solano Lopez fez no estado do Mato Grosso. Segundo Lopez:

Não há dúvida de que a oposição britânica ao “status quo” paraguaio incentivou a formação da Tríplice Aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai, a qual se tornou viável com a ascensão de Mitre na Argentina e de Venâncio Flores no Uruguai. Para a burguesia inglesa, a Guerra do Paraguai foi um ótimo negócio que valeu a pena financiar. E que ela batalhou para fazer durar, pois houve proposta de paz do Paraguai em 1867 e o Brasil a rejeitou (LOPEZ, 1988, p.83).

No entanto, o autor Francisco Doratioto no livro “História das Guerras” aponta que a versão em que se culpabilizava pressões da Inglaterra por medo da influência da industrialização paraguaia seriam falsas. Segundo o autor:

Essa teoria carece de lógica, além de não ter relação com a realidade histórica e inventar um Paraguai que se desenvolvia sob a liderança de um ditador “progressista”, Francisco Solano López, em desafio ao domínio britânico. Tal teoria é resultado do momento histórico das décadas de 1960 e 1970, quando o mundo vivenciava a Guerra Fria e o Cone Sul tinha governos militares. Predominou, então, na análise da Guerra do Paraguai, uma vertente de pensamento marxista que desprezava a democracia (“burguesa”), por associá-la ao capitalismo, e tinha como referências as ditaduras “socialistas” (União Soviética, China e Cuba). Compreende-se, portanto, o ataque dessa teoria à “ação imperialista” e a crítica ao desempenho dos chefes militares, pois um deles, Bartolomé Mitre, foi expoente do liberalismo argentino e, no Brasil, Caxias e Tamandaré tornaram-se, respectivamente, patronos do Exército e da Marinha. Por outro lado, a apresentação positiva do Paraguai totalitário, supostamente progressista, quase “socialista”, de Solano López, tem paralelismo na Cuba da ditadura de Fidel Castro, isolada no continente americano e hostilizada pelos Estados Unidos (MAGNOLI, DEMÉTRIO, 2006, p.270).

O autor corrobora suas afirmações ao demonstrar que, antes da guerra, diversos produtos industriais paraguaios eram importados da Inglaterra, assim como pessoal técnico para treinamento.

O Paraguai importava produtos manufaturados e técnicos britânicos para operar a única ferrovia do país — ligava Assunção, a capital, ao grande acampamento militar de Paraguari —, e para outras construções de caráter militar (arsenal, fundição e obras de defesa). Os governos de Carlos Antonio López e de seu filho Francisco Solano López tinham contratado a empresa inglesa Blyth & Co. como seu agente para comprar armamento na Europa, a fim de nela treinar jovens paraguaios (MAGNOLI, DEMÉTRIO, 2006, p.270).

O final da Guerra do Paraguai destruiu a população do país. Os números exatos também são fonte de contestação, Doratioto afirma que:

Sobre o Paraguai, em 1988 Vera Blinn Reber publicou estudo afirmando que o país tinha entre 285.715 e 318.144 habitantes em 1864 e que suas perdas, durante o conflito, foram de no máximo 58.857 pessoas. Estudo

mais recente, publicado em 1999 por Whigham e Potthast, [pag. 281] afirma que o Paraguai tinha entre 420 mil e 450 mil habitantes antes da guerra. A partir da descoberta de um censo realizado em 1870, esses autores concluem que a população paraguaia nesse ano seria algo entre 141.351 e 166.351 pessoas, uma redução entre 60% a 69% em relação a 1864. Esse número deve ser visto com cautela, quer porque o censo de 1870 foi realizado por um Estado desorganizado e com escassos recursos para tal tarefa, quer por não considerar pessoas ainda refugiadas nas matas ou, ademais, a grande migração de paraguaios fugindo da miséria para a Argentina e, em menor escala, para o Mato Grosso (MAGNOLI, DEMÉTRIO, 2006, p.300).

O Brasil acabou tornando-se ainda mais dependente da Inglaterra no pós-guerra, pois a longa duração do conflito mergulhou o país numa dívida com os ingleses. Conforme Lopez:

No concernente ao Brasil, os números dos empréstimos ingleses cresceram bastante depois da guerra: 45.504.100 libras entre 1870 e 1879, das quais 31.289.000 de investimentos só em 1875. Nesse mesmo ano, do comércio total dos ingleses com a América Latina, 32% das exportações foram para o Brasil, assim como saiu do Brasil um total de 40% das importações britânicas (LOPEZ, 1988, p.87).

O exército brasileiro acabou por formar uma identidade militar ao final do conflito, Lopez aponta que:

Os militares voltaram das guerras platinas impressionados com a importância do militar naquelas regiões, em contraste com o Brasil, onde o Império não lhes permitia chance de ascensão social. É fácil entender como os militares se sentiram identificados com o regime republicano, o qual possibilitava oportunidades de participação política à corporação armada nos países vizinhos (LOPEZ, 1988, p.87).

O fim da Guerra do Paraguai corresponde a formação do primeiro partido republicano do Brasil em 1870. Três anos mais tarde seria fundado em Itú o Partido Republicano Paulista e em 1882 o Partido Republicano Rio-grandense. A monarquia estava desgastada com a elite e a sociedade brasileira como um todo, pois já não haviam mais razões para se manter o sistema dado o fim da escravatura. Lopez confirma isso:

A estrutura do Império revelava-se arcaica e obsoleta, estagnada e superada, incapaz de assimilar, acompanhar e presidir o progresso. De sua parte, as novas classes prósperas que surgiam (cafeicultores paulistas, grupos comerciais, financeiros e industriais urbanos) sentiram-se desvinculadas da monarquia e estranhas a ela (LOPEZ, 1988, p.90).

Após abandonar a escravatura, não apoiar as pretensões militares e controlar a igreja católica, o segundo império perdeu apoio político das classes altas da sociedade brasileira. A chamada “questão religiosa” enfraqueceu profundamente o império com o clero. A época o Papa Pio IX havia publicado uma bula papal em que condenava a participação de cristãos na maçonaria. A bula, para ter validade em território nacional deveria ser sancionada pelo Ministério do Visconde de Rio Branco, que não o fez. Conforme Lopez essa questão provocou reações na estrutura social:

Setores do clero passaram a reivindicar uma autonomia que a monarquia não poderia dar sem passar por uma substancial reestruturação, em outras palavras, um radical processo de modernização (LOPEZ,1988,p.91).

Em 1889 todos os setores da sociedade encontravam-se descontentes com o império. As classes baixas não se viam representadas numa corte alienada a eles, que continuava a valorizar a cultura europeia mais do que a produzida em solo brasileiro. As camadas de grande poder aquisitivo brasileiras viam no império um sistema defasado e que não mais atendia as necessidades de modernização. Lopez explana os acontecimentos da seguinte maneira:

Os militares deixavam claro seu descontentamento, pelos motivos expostos. Os cafeicultores paulistas e os grupos sociais emergentes das cidades, ligados aos setores da indústria, do comércio e das finanças, não se identificavam com o sistema vigente. Por sua parte, os antigos senhores de escravos reclamavam contra um regime que não os indenizara pela libertação de seus escravos (LOPEZ,1988,p.99).

A queda do segundo reinado foi precedida de uma manifestação programada pelo exército brasileiro para o dia 20, no entanto, o clima de tensão entre Governo e militares fez com que a manifestação se desse no dia 15. Deodoro da Fonseca queria fazer as modificações ao regime após a morte de D. Pedro II, mas após a nomeação de Gaspar Martins, desafeto de Deodoro, para primeiro ministro os militares apoiaram a república. A Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro na tarde do 15 de novembro instituiu a República. Lopez sintetiza os porquês da queda do império:

A Monarquia viu solapadas, no decorrer dos anos, as suas bases sociais e caiu de maneira inglória, colhendo pouco menos que uma indiferença geral. Embora os republicanos ideológicos não fossem numerosos em 1889, a confiança na Monarquia tinha descido a níveis mínimos (LOPEZ,1988,p.100).

### 3.1 A Abolição da Escravatura

O Brasil do período colonial ao período imperial foi o maior importador de seres humanos escravizados da América Latina. Cerca de 40% dos quase 10 milhões de negros trazidos para o continente latino-americano entre os séculos XVI e XIX foram ao Brasil. O segundo maior importador de pessoas, o Caribe, trouxe menos da metade desse número. Segundo o autor, Manolo Florentino, no livro “Em Costas Negras”, as características da população escrava na capital eram de maioria masculina e adulta.

Supondo, erroneamente, como se verá, que esta população dependesse somente de si própria para a reabilitação de sua reposição física, e que, além disso, houvesse um equilíbrio entre os sexos em todas as faixas etárias, chegar-se-ia às seguintes conclusões: a. era alta a mortalidade, visto que poucos indivíduos alcançavam mais de cinquenta anos; b. Era baixíssima a fecundidade, pois os adultos, embora majoritários, não conseguiam se auto-repor adequadamente; c. Era alta a idade mediana; d. era baixa a razão de dependência (o quociente entre a população economicamente ativa, ou seja, os adultos) (FLORENTINO, 2002, p.32).

O Rio de Janeiro servia de porto de abastecimento para o comércio escravocrata, vendendo escravos para a mineração em Minas Gerais, para os estados do sul e São Paulo. O tráfico negreiro também abasteceu o crescimento do plantio de café no Vale do Paraíba. Segundo Florentino:

O último pólo de demanda por escravos concentrava-se, já no século XIX, na expansão da cultura cafeeira no Vale do Paraíba. Em determinadas áreas desta zona a população passou de 292 habitantes em 1789 para 15 700 em 1840, caracterizando um crescimento de cerca de 5300%! (FLORENTINO, 2002, p.40).

O Brasil do Segundo Império, por pressões da coroa britânica que datavam desde o reinado de D. João IV, prosseguiu com a promulgação de leis que aos poucos limitavam a escravatura. D. João faria em 1810 a promessa a Inglaterra de promover o gradual abolimento do tráfico negreiro, limitando-o às colônias portuguesas na África. Em 24 de novembro de 1813 se limitou a cinco escravos por tonelada o total de escravos que um navio negreiro carregaria. A abolição do tráfico ao norte da linha do Equador por parte do Reino Unido de Portugal só foi alcançada após o perdão da dívida de 300 mil libras por parte da Coroa Inglesa. Após a



independência em 1822 o Império Brasileiro se viu forçado a dar uma data limite para o fim da escravidão. Segundo Florentino:

Do ponto de vista jurídico, nada interditava a nova nação de participar do comércio negreiro, ao norte ou ao sul do Equador. Contudo, tendo em vista a necessidade premente do governo brasileiro de obter o reconhecimento internacional, o que certamente passaria pelas considerações inglesas, a posição dos traficantes sediados no Brasil ficara insustentável. Percebendo o dilema da nova nação, George Canning, secretário do Exterior britânico, instruiu seus subordinados a não reconhecerem nenhum dos países do Novo Mundo que estivessem envolvidos no tráfico de africanos (FLORENTINO, 2002, p.42).

O número exato de africanos trazidos para a escravidão é inexato. No entanto, Florentino estima que para o porto do Rio de Janeiro tenham vindo 697 945 mil africanos entre 1790 e 1830, ano do fim do tráfico legal. O segundo império deferiu uma série de leis que promoveram o fim gradual da escravidão. A primeira delas foi a Lei Eusébio de Queirós de 4 de setembro de 1850 que proibiu o tráfico inter-atlântico de escravos. Em sequência seria aprovada a Lei do Ventre livre em 1871 que libertava todos filhos de escravos que estavam no ventre ou que nascessem de escravos. A Lei Saraiva-Cotegipe de 28 de setembro de 1885 libertou todos escravos com mais de 60 anos, essa foi a de menor abrangência já que a média de longevidade do brasileiro só em tempos recentes passou dos 60 anos. Em 13 de maio de 1888, assinada pela princesa Isabel a Lei Áurea declarava o fim da escravidão em terras brasileiras. O império também não reembolsaria traficantes e senhores de escravos pelos libertos. Conforme o autor Julio José Chiavenato, em seu livro “O Negro no Brasil: Da Senzala à Guerra do Paraguai”, a escravidão ao tempo da Lei Áurea já havia terminado. Conforme ele, mais interessante para a sociedade era relegar a comunidade negra a marginalização:

A abolição libertou o homem branco dos escravos. Não se trata de uma frase de efeito: a sociedade brasileira em 1888 já estava praticamente livre da escravidão, faltava-lhe libertar-se dos escravos, um ônus incômodo. A Lei Áurea apenas regularizava uma situação de fato. A escravidão já tinha acabado, entre o fervor dos abolicionistas com seus discursos exaltados, campanhas humanistas e passeatas célebres, mas principalmente porque tornou-se mais que evidente, a partir de 1872 – quando em São Paulo a maioria da força de trabalho era de trabalhadores livres –, que o trabalho escravo era um modo de produção anacrônico (CHIAVENATO, 1980, p.214).

O autor demonstra que para a modernização do sistema econômico do Império e para as necessárias reestruturações que o governo deveria realizar para continuar existindo passava a abolição.

Os investimentos do capitalismo que se moderniza, lentamente embora, precisam desembocar em uma produção que encontre uma massa consumidora, o que obviamente não ocorre quando grande parte da força de trabalho, excluindo-se São Paulo, é formada por escravos (CHIAVENATO, 1980, p.215).

A escravidão no Brasil pereceu pelos movimentos de modernização industrial e capitalistas que passaram o país. Chiavenatto afirma que em “1887 somente 5,6% da população brasileira era escravizada” (p.227). Os negros que já eram libertos e os alforriados foram relegados a trabalhos braçais com soldos irrisórios e a competição por empregos com a imigração europeia.

#### 4 MACHADO DE ASSIS CRONISTA

Nos anos de 1888 à 1889, período de escrita da série “Bons Dias!”, objeto desta pesquisa, Machado de Assis se encontrava no auge de sua fama como escritor e intelectual brasileiro. Sendo considerado já em vida o maior escritor de nossas terras. Conforme o autor Dau Bastos, no livro “Machado de Assis: Num recanto, um mundo inteiro”, em 1886 o autor seria celebrado por seus pares e a elite carioca em evento do Hotel Globo.

Em 1886, o meio literário não conseguiu mais conter a vontade de celebrar o escritor e, à falta de lançamentos de obra nova, resolveu comemorar o aniversário de sua estréia em livro de poesia. A prova cabal do afã de reconhecer os méritos do “primeiro” dos escritores brasileiros é que o mirrado volume *Crisálidas* completava 22 anos de existência, e não uma década, um quarto de século ou outra data redonda (BASTOS, DAU, 2008, p.149).

Dau Bastos, atenta para um fato importante na produção cronista de Machado. Visto que os meses precedentes e posteriores a transição da Monarquia para República se marcaram por elevada tensão, entre a classe dominante deve-se destacar, Machado de Assis interromperia sua participação na *Gazeta de Notícias*. Conforme Bastos:

Como habitante da principal cidade do país e escritor que frequentava os poderosos, detinha informações privilegiadas, mas em vez de simplesmente aderir à visão oficial, cultivava o criticismo. Assumir posição se mostrou ainda mais arriscado quando da passagem da Monarquia à República. Assim se explica a interrupção da colaboração com a *Gazeta de Notícias* em agosto de 1889, para retomar apenas em abril de 1892 (BASTOS, DAU, 2008, p.164).

O período de transição de sistemas de governo marcou também as relações de Machado de Assis. O novo governo acabaria por punir o jornal para o qual Machado escrevia e muitos de seus amigos entrariam em brigas políticas. Segundo Bastos:

O quadro foi ficando cada vez mais tenso, até que o governo puniu a ousadia com que a *Gazeta de Notícias* se portava durante a Revolta da Armada suspendendo-a por um mês. A situação piorou de vez em abril de 1894, quando um jornal *O Tempo* publicou uma lista de “Inimigos da República”, em que o nome de Machado ocupava o nono lugar (BASTOS, DAU, 2008, p.164).

Dau Bastos refere-se aos amigos de Machado que entrariam em disputas políticas nesse ambiente incerto de troca de regime:

O processo de passagem da Monarquia para a República atingiria em cheio os amigos de Machado, que, pertencentes a campos antagônicos, mostravam-se tragados pela exaltação e o ódio. Para evitar que os ânimos se acirrassem ainda mais, o autor praticamente parara de lhes escrever (BASTOS, p.171).

É de difícil aferição o que de fato Machado pensou sobre a República que se instaurava. A autora Lúcia Miguel Pereira em biografia intitulada “Machado de Assis”, afirma que ao grande escritor não lhe importava tanto a troca de regime, mais danoso era a retirada de um monarca que já se habituara a ver no poder. Segundo Pereira:

Entre o *Brás Cubas* e o *Quincas Borba*, a vida nacional passara pelas profundas modificações da Abolição e da República. — Que pensa de tudo isso Machado de Assis? Indagava Eça de Queirós. Machado de Assis não pensava nada. O pensador andava às voltas com o Rubião, com a evolução da loucura; e o burocrata mantinha intangível o seu respeito às leis, aos ofícios, à papelada oficial, só permitindo a retirada da sua Diretoria do retrato do imperador mediante uma portaria (PEREIRA, 1988, p.208).

O autor Pedro Pereira da Silva Costa em biografia de Machado publicada em 2003 explana um pouco mais a impressão que Machado possa ter tido com a troca de poder.

Machado, embora não fosse republicano, não era contra os republicanos. Afinal, a única diferença substancial entre os regimes era, de seu ponto de vista, a ausência ou a presença do imperador; e, embora simpático à sua figura de velho, não acreditava em outro poder público que o eleito (COSTA, 2003, p.151).

A participação de Machado de Assis na causa abolicionista, muitas vezes criticada por seu estilo contido, é mais forte na concepção da Lei do Ventre Livre. Segundo Costa:

Não participara como a maior parte de seus amigos – Ferreira de Araújo, Nabuco, Serra, Quintino, Patrocínio —, da campanha abolicionista. Isto é, não participara da ação política que era o cerne da campanha. Mas, no Ministério, era um dos que mais contribuíram para defender os interesses dos escravos; e ao trabalho da diretoria de Agricultura, atribuiu-se a libertação de mais de 60 mil escravos... E, discretamente, escrevia pelos

escravos. Não só agora, mas desde as primeiras campanhas que vira. Justamente do visconde de Rio Branco, autora da Lei do Ventre Livre, recebera uma carta agradecendo a colaboração (COSTA, 2003, p.147).

Segundo o autor, Dau Bastos, Machado tinha contato com diversas publicações nacionais e estrangeiras o que lhe permitia acompanhar os acontecimentos diários. Essa matéria-prima se tornava assunto de suas crônicas onde Machado as convertia em histórias mais subjetivas e cultas. De acordo com Dau Bastos:

As crônicas possibilitavam a Machado se assumir plenamente como carioca. Chegava ao ponto de iniciar um texto contando prosaicamente que, ao descer do bonde que o levava ao Centro, “a primeira voz que ouvi foi esse grito: ‘Olha o 2537, é a sorte grande para hoje’”. E assim construía de si uma imagem de cidadão comum, dedicado a tratar do que lhe era próximo (BASTOS, p.164).

Bastos afirma que Machado algumas vezes fazia referência a sua vida pessoal em suas crônicas:

Eventualmente, fazia referências à esfera pessoal, a exemplo dos comentários sobre a dificuldade de enxergar e outros problemas de saúde. Também registrava sutilmente cenas impregnadas de afeto, como da vez em que aproveitou a lembrança da passagem de um escritor e estadista argentino pelo Clube Fluminense para contar que o evento lhe possibilitara admirar alguém que alguns pesquisadores acreditam ser Carolina (BASTOS, p.164).

Sobre a relação de Machado com sua biografia, Bastos, afirma que ele tratava-se como alter ego em seus textos. Segundo Bastos:

O narrador não se confundia com Machado, em relação ao qual funcionava como *alter ego*, pois submetia mesmo a matéria-prima biográfica à produção de uma prosa necessariamente artística. Sua principal função é entreter os leitores com comentários estilizados sobre as notícias dignas de nota. Isso não significava submeter-se à hierarquização dos eventos conforme o grau de importância que lhes era atribuído pelo povo, pelas autoridades ou pela imprensa (BASTOS, p.165).

A ironia nas crônicas de Machado são um recurso também analisado por Dau Bastos, conforme ele, Machado aproximava-se da galhofa em alguns momentos:

O cronista podia resvalar para a galhofa mesmo ao analisar certos acontecimentos sérios, como a falta de sessões da Câmara dos Deputados. Contudo, não acusava os parlamentares de preguiçosos e irresponsáveis, preferindo se mostrar mais sociólogo e buscar explicação para o absentismo no próprio caráter nacional (BASTOS, p.166).

Bastos afirma que Machado mantinha os nomes verdadeiros dos políticos em suas crônicas, assim como chamava a responsabilidade do leitor para sua atuação cívica. Bastos resume a crônica machadiana da seguinte forma:

Em geral, a crônica machadiana se articula em torno de uma ideia que, ao se mostrar original e ser desenvolvida com habilidade, confere viço e coesão ao escrito. Durante a Revolta da Armada, por exemplo, o escritor foi acordado de madrugada pelo bombardeio e pensou que Alexandre Magno mantivera à *Ilíada* à cabeceira menos por seu valor literário do que por sua importância como “manancial das artes bélicas”, portanto faria o contrário: procuraria, nos barulhos do conflito em curso, “a lição do estilo”. Concluiu que os tiros “saem dos canhões com verbos enérgicos, e é por isso que fazem estremecer as casas” (BASTOS, p.167).

## 5 METODOLOGIA

Esta pesquisa será conduzida por meio do método de análise de conteúdo de forma qualitativa das crônicas de Machado de Assis produzidas no jornal *Gazeta de Notícias* no período de 5 de abril de 1888 à 29 de agosto de 1889 sob o título de *Bons Dias!*. A análise de conteúdo é definida pelo autor Wilson Corrêa da Fonseca Júnior como uma investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa<sup>9</sup>. O método foi escolhido por abarcar de forma mais profunda as nuances e personagens públicas que podem estar representadas nas crônicas. A análise de conteúdo também é referida como um processo esquematizado em três partes por Laurence Bardin em seu livro “Análise de Conteúdo”<sup>10</sup>. A autora definiu os seguintes passos para a mesma: pré-análise, análise e pós-análise. Cada uma das divisões possui suas subcategorias pertinentes.

O processo da análise de conteúdo é balizado pelas inferências produzidas<sup>11</sup>, sendo descrito por Fonseca Júnior em seu artigo “Análise do conteúdo” da seguinte forma:

Na análise de conteúdo a inferência é considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes das mensagens analisadas (FONSECA, jr. apud Bardin p.284).

Assim, é possível considerar que as inferências realizadas ao longo das crônicas analisadas não possuirão uma subjetividade questionável e sim uma análise lógica do texto. Também é de se levar em consideração o que Fonseca afirma ao citar Krippendorff:

A análise de conteúdo é uma técnica de investigação destinada a formular, a partir de outros dados, inferências reproduzíveis e válidas que podem se aplicar a seus conceitos (FONSECA, jr, apud Krippendorff p. 284).

Outra vez é possível afirmar que a análise de conteúdo qualitativa dispõe de meios para ser utilizada de forma lógica para a validação ou refutação das hipóteses formuladas para uma pesquisa.

A primeira etapa definida por Laurence é a de pré-análise. Esse momento consiste na escolha dos documentos a serem analisados e na formulação das

<sup>9</sup> DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio, Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação, São Paulo, 2005, p. 280

<sup>10</sup> BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa, 1977

<sup>11</sup> DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio, Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação, São Paulo, 2005, p. 284

hipóteses da pesquisa. Este momento da pesquisa é considerado de suma importância para a estruturação e fundamentação das bases da mesma (DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio, p.290). Para esta, foram estabelecidas as seguintes hipóteses: Machado de Assis fazia um acompanhamento “confesso que vivi” em suas crônicas, geralmente elaboradas por suas observações do senado e da câmara de deputados; Machado de Assis era um arguto observador das questões políticas de seu tempo, por muitas vezes tecendo críticas irônicas ao comportamento da época; Machado de Assis utilizou suas crônicas para fazer crítica social dos acontecimentos, como o nascimento da república e a atuação dos políticos da época; Machado de Assis teve a perspicácia de fazer a leitura do Brasil do futuro. Laurence Bardin define a pré-análise como:

Corresponde a um período de intuições, mas, tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas num plano de análise (BARDIN, 1977, p.95).

Dentro da pré-análise existem as subdivisões de ações que são nomeadas leitura flutuante, escolha dos documentos, regra da exaustividade, regra da representatividade, regra da homogeneidade, regra de pertinência, formulação das hipóteses, elaboração dos indicadores e preparação do material. As fases citadas se tratam de padrões para se construir uma pesquisa homogênea, válida no sentido científico, com amostragens iguais, material amplo sobre o objeto de pesquisa e preparação adequada do corpus a ser estudado.

A segunda fase é denominada análise. Ela possui como subdivisão a constituição do corpus e a exploração do material a ser pesquisado. Dentro da constituição do corpus o pesquisador deve reconstruir o ambiente em que tal obra textual foi produzida e juntar todos os documentos relativos à pesquisa (DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio, p.287). Laurence Bardin define a constituição do corpus como o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos (BARDIN, p.96). A subdivisão seguinte é a exploração do material que deve codificar os elementos da pesquisa encontrados. O processo de codificação é descrito por Laurence Bardin da seguinte forma:

A codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e numeração, permite atingir uma representação do conteúdo,



ou da sua expressão, suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto que podem servir de índice (BARDIN, 1977, p.103).

Bardin define que dentro da codificação do material pesquisado existem três escolhas: recorte que é a escolha das unidades; enumeração sendo a escolha das regras de contagem e classificação e a agregação que é a escolha das categorias. Para esta pesquisa a codificação utilizada será a de recorte que provisionará a análise qualitativa. O autor Fonseca Júnior afirma que juntamente das unidades, que em seu artigo são “unidades de registro”, o pesquisador pode produzir “unidades de contexto” sendo essas referências contextuais para a compreensão correta das unidades de registro (DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio, p.294). Bardin define a análise qualitativa da seguinte maneira:

(...) corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável, a índices não previstos, ou a evolução das hipóteses. Este tipo de análise deve ser então utilizado nas fases de lançamento das hipóteses, já que permite sugerir possíveis relações entre um índice da mensagem e uma ou várias variáveis do locutor (BARDIN, 1977, p. 115).

Segundo a autora, a análise qualitativa é preferencial em deduções específicas, buscando sempre inferências precisas e não gerais. Funcionando melhor em um corpus reduzidos com categorias discriminantes (BARDIN, p.115). É de se ressaltar que a análise qualitativa não exclui a ferramenta quantitativa, ela ainda pode ser utilizada em situações de repetição de índices similares em discursos semelhantes. Pode-se dizer que a inferência sempre é acompanhada do índice em sua fundamentação na análise qualitativa e não em sua frequência (BARDIN, p.115 à 116). Sendo o índice uma variável relacionada aos fenômenos dentro de um objeto de pesquisa (DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio, p. 291).

A terceira fase é denominada pós-análise. Nela estão incluídas as subdivisões de inferências e interpretação parcial. As inferências são, segundo Bardin, específicas ou gerais. Elas, portanto, tem origem muito diversa sendo induzidas pelos índices escolhidos (BARDIN, p.137).

A análise de conteúdo constitui um bom instrumento para se investigarem as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores; referências no texto) embora o inverso, predizer os efeitos a

partir de fatores conhecidos ainda esteja ao alcance das nossas capacidades (BARDIN, 1977, p. 137).

É possível afirmar que após a exploração do material e a identificação dos índices propostos é possível produzir inferências em uma análise qualitativa dentro do corpus reduzido de crônicas já preestabelecidas. As inferências serão produto da análise dos índices redigidos, estes que, segundo Bardin, revelam informações sobre o autor, o contexto e o público receptor (BARDIN, p.134). A segunda subdivisão se trata da interpretação parcial do material analisado. Nesse momento, quiçá, será possível atestar a validade de algumas hipóteses ou refutá-las. Laurence Bardin define este momento desta forma:

O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam a respeito a outras descobertas inesperadas (BARDIN, 1977, p. 101).

Também deve ser considerada a possibilidade do aprimoramento das hipóteses, por meio das inferências produzidas trazendo uma nova possibilidade para a pesquisa (BARDIN, p.101).

## 6 ANÁLISE DE CRÔNICAS ESCOLHIDAS

O envolvimento de Machado de Assis com as crônicas é imperiosamente conjunto de sua produção literária, já que, todos seus livros foram publicados em formas de folhetins. O que se separa aí, seria a concepção dos “folhetins diários”, dos “folhetins romances”. Machado começou sua carreira jornalística no impresso *Marmota*. Lá, ele publicou poemas e contos. Só seria em 1859 que Machado de Assis publicaria no *Correio Mercantil* sua primeira crônica, datada de 12 de janeiro de 1859, sob título de “O jornal e o livro”. Essa crônica discorre como uma forma de apresentação do *ethos* Machadiano e também sobre a questão a qual ele tenta elucidar “O livro absorverá o jornal? o jornal devorará o livro?”.

A próxima atuação do autor seria a série de crônicas “Comentários da Semana” que foram publicadas de 1º de novembro de 1861 à 5 de junho de 1862 no *Diário do Rio de Janeiro*.

A série seguinte de crônicas se intitularia “Crônicas do Dr. Semana”, sendo publicada na revista *Semana Ilustrada* de 8 de dezembro de 1861 à 26 de julho de 1864. Nessa série de crônicas Machado utilizaria o personagem “Dr. Semana”, para prescrever curas aos diversos problemas que encontrasse. Segue um trecho para exemplificar:

O Dr. Semana tem a honra de participar ao respeitável público, que se acha nesta corte, onde fixou sua residência, pronto sempre a ministrar aos necessitados os socorros de sua infalível ciência (ASSIS, MACHADO, 1861, p.1).

A próxima série de crônicas seria publicada na revista “O Futuro”, entre 15 de setembro de 1862 a primeiro de julho de 1863 e seria intitulada “Crônicas”. Nelas Machado não se utilizaria de pseudônimos ou de personagens para tratar dos assuntos do dia a dia.

A partir do dia 12 de junho de 1864 Machado começaria a série de crônicas “Ao acaso”, publicadas no *Diário do Rio de Janeiro* até 16 maio de 1865.

Dois anos mais tarde ele publicaria a série “Cartas Fluminenses”, de 5 de março de 1867 a 12 de março de 1867.

A série seguinte se chamaria “Badaladas”, e duraria de 22 de outubro de 1871 à 2 de fevereiro de 1873, sendo publicada na revista *Semana Ilustrada*. Nessa, Machado continuaria sua temática e personagem do Dr. Semana.

“Histórias de quinze dias”, é a série de crônicas que Machado publicou de 1º de julho de 1876 à 1º de janeiro de 1878 na revista *Ilustração Brasileira* do Rio de Janeiro. De fevereiro a março de 1878, Machado publicaria, também na *Ilustração Brasileira*, a série “História dos trinta dias”.

Em 1878, Machado publicou na revista *O Cruzeiro* a série “Notas Semanais”, as publicações duraram de 2 de junho ao 1º de setembro do mesmo ano.

A próxima série só seria publicada em 1883, sob o nome de “Balas de Estalo”, no jornal *Gazeta de Notícias* da capital fluminense. A publicação se daria do 2 de julho de 1883 ao 4 de janeiro de 1886.

A série seguinte seria a “Bons Dias!”, objeto desta pesquisa. Ela seria publicada de 5 de abril de 1888 à 29 de agosto de 1889. Ela foi publicada originalmente na *Gazeta de Notícias* no Rio de Janeiro e traria Machado escrevendo crônicas sobre a vida pública na capital brasileira do século XIX.

As crônicas intituladas “A Semana”, forma as últimas a serem publicadas de forma seriada e duraram de 24 de abril de 1892 à 11 de novembro de 1900. Essa série também foi publicada na *Gazeta de Notícias*.

Existem diversas crônicas de Machado de Assis que foram publicadas em formato único em jornais e revistas de sua época. Elas datam de 1859 à 1898.

Em 1880 Machado de Assis entraria pela primeira vez de licença do trabalho. Acometido por uma “dor dos olhos”, que mais tarde se configuraria em uma epilepsia. Nesse mesmo ano o escritor seria promovido a oficial de gabinete do Ministro da Agricultura. No ano seguinte ele publicaria o livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Em 1882, nova licença, para tratar da epilepsia que começava a debilitá-lo. Em 1885, Machado publicaria em forma de folhetim o romance *Casa Velha* e o país declararia a Lei dos Sexagenários que alforriava os escravos com mais de 60 anos. No próximo ano, seria publicado, também em forma de folhetim, o romance *Quincas Borba* que se terminaria em 1891. No ano de 1888 seria sancionada a Lei Áurea formalizando o fim da escravidão e em 1889, Machado seria promovido a Diretor da Diretoria de Comércio na Secretaria da Agricultura. No mesmo ano seria declarada a República Brasileira no dia 15 de novembro.

As hipóteses que serão aplicadas ao método de análise de conteúdo de forma qualitativa das crônicas desta pesquisa são as seguintes: Machado de Assis fazia um acompanhamento “confesso que vivi” em suas crônicas, geralmente elaboradas por suas observações do senado e da câmara de deputados; Machado

de Assis era um arguto observador das questões políticas de seu tempo, por muitas vezes tecendo críticas irônicas ao comportamento da época; Machado de Assis utilizou suas crônicas para fazer crítica social dos acontecimentos, como o nascimento da República e a atuação dos políticos da época; Machado de Assis teve a perspicácia de fazer a leitura do Brasil do futuro.

Dessa forma, será possível abarcar de forma mais profunda as nuances e personagens públicas que podem estar representadas nas crônicas. A autora Bardin define a análise qualitativa da seguinte maneira:

(...) corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável, a índices não previstos, ou a evolução das hipóteses. Este tipo de análise deve ser então utilizado nas fases de lançamento das hipóteses, já que permite sugerir possíveis relações entre um índice da mensagem e uma ou várias variáveis do locutor (BARDIN, 1977, p. 115).

As crônicas escolhidas como *corpus* desta pesquisa são as das seguintes datas: 5 de abril de 1888, 4 de maio de 1888, 11 de maio de 1888, 19 de maio de 1888, 1º de junho de 1888, 26 de junho de 1888, 19 de julho de 1888, 10 de novembro de 1888, 7 de junho de 1889 e 29 de agosto de 1889. Totalizando dez crônicas. Esse material abarca as crônicas de Machado da série “Bons Dias!”, em que foram discutidas questões da escravidão brasileira, o espiritismo na capital fluminense e realidades políticas, tendo personagens sociais variando de políticos a ex-escravos e cidadãos comuns.

### **5 de abril de 1888**

A primeira crônica da série “Bons Dias”, a ser publicada na Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, é datada de 5 de abril de 1888. Nela, Machado se apresenta como um ex-relojeiro e justifica seu estilo contido no dia a dia com uma comparação de certa maneira jocosa ao Imperador D. Pedro II, que, trinta anos atrás, homem alto e louro, teria comparecido a diversas festas para “surpreender os burgueses”. Segundo Machado, o público ficava atônito: Os fiéis levavam a olhar para um e para outro, e a compará-los, admirados e ele teso, grave, movendo a cabeça à maneira de Sua Majestade.

Nisto pareço-me com o príncipe (sempre é bom parecer-se a gente como príncipes, em alguma coisa, dá certa dignidade, e faz lembrar um sujeito muito alto e louro, parecidíssimo com o Imperador, que há cerca de trinta anos ia a todas as festas da Capela Imperial, *pour étonner de bourgeois*; os fiéis levavam a olhar para um e para outro, e a compará-los, admirados, e ele teso, grave, movendo a cabeça à maneira de Sua Majestade (ASSIS, 1888).

Machado ao descrever seu “alter ego”, que será o personagem a contar as histórias, ex-relojeiro, o faz da seguinte forma:

Eu sou um pobre relojero, que, cansado de ver que os relógios deste mundo não marcam a mesma hora, descri do ofício. A única explicação dos relógios era serem iguaizinhos, sem discrepância; desde que discrepam, fica-se sem saber nada, porque tão certo pode ser o meu relógio, como o do meu barbeiro (ASSIS, 1888).

Nessa primeira crônica, Machado, parece comparar o ofício de relojero ao de político. Assim, pode-se assumir que seu alter ego de ex-relojeiro se trata na verdade de um personagem de ex-político. Também vemos a confirmação de uma das hipóteses “Machado de Assis era um arguto observador das questões políticas de seu tempo”, quando Machado comenta a nomeação pelo Imperador de um novo Primeiro-Ministro.

Um exemplo. O Partido Liberal, segundo li, estava encascado e pronto para sair, com o relógio na mão, porque a hora pingava. Faltava-lhe só o chapéu, que seria o chapéu Dantas, ou o chapéu Saraiva (ambos da chapelaria Aristocrata); era só pô-lo na cabeça, e sair. Nisto passa o carro do paço com outra pessoa, e ele descobre que ou o seu relógio está adiantado, ou o de Sua Alteza é que se atrasara. Quem os porá de acordo? (ASSIS, 1888).

Se trata da constatação da troca de poderes da câmara, onde o senso de tempo para as manobras políticas era essencial. Essa interferência do Imperador nas nomeações é o que causaria descontentamento na classe política, militar e religiosa, levando as já referidas Questão Militar e Questão Religiosa. A nomeação de um desafeto de Deodoro da Fonseca a Primeiro-Ministro é considerada o estopim para o apoio militar à República. Apesar de observação amena de Machado, quase em tom de brincadeira, é interessante constatar que o escritor já apontava a um relógio descompassado entre Corte e Câmara. O ex-relojeiro, ao notar que diversos interesses, muitas vezes conflitantes, acabavam por criar “relógios” diferentes descrê da profissão. Assim, Machado introduz o “personagem escritor”, das crônicas que descreu do ofício de relojero para tornar-se escritor. Ofício que, segundo ele, seria mais fácil e vexaria menos.

#### 4 de maio de 1888

A segunda crônica da série “Bons Dias!”, é datada de 4 de maio de 1888. Nessa crônica Machado abre o texto informando que estava constipado, mas que dentre todas as semanas, aquela seria imprescindível para estar de perfeita saúde. Se tratava da semana em que a Lei Áurea seria assinada. O tom de cumplicidade que Machado parece querer estabelecer com o leitor é uma das bases da crônica brasileira, que prima pelo ar de aparente descompromisso, quase uma conversa de bar. Conforme dito pelo autor Jorge de Sá:

O dialogismo, assim, equilibra o coloquial e o literário, permitindo que o lado espontâneo e sensível permaneça como o elemento provocador de outras visões do tema e subtemas que estão sendo tratados numa determinada crônica, tal como acontece em nossas conversas diárias (...) (SÁ, 1992, p.11)

Assim, vemos que Machado já estava lançando as bases da crônica moderna brasileira, pois ao abrir sua crônica de maneira tão descompromissada terminaria por escrever sobre a abolição da escravatura. Seria o que Sá refere à simbiose entre o “coloquialismo”, e o “literário”.

Bons dias! ... Desculpem, se lhes não tiro o chapéu; estou muito constipado. Vejam; mal posso respirar. Passo as noites de boca aberta. Creio até que estou abatido e magro. Não? Estou; olhem como fungo. E não é de autoridade, note-se; *ex auctoritate qua fungor* (ASSIS, 1888).

O próximo trecho começa de forma solene, mas, ao mesmo tempo, faz o jogo entre coloquial e literário. Machado descreve o anúncio da Lei Áurea e ao final comenta sobre o tempo úmido que lhe faria mal.

A primeira é a abertura das Câmaras. Realmente, deve ser solene. O discurso da princesa, o anúncio da lei de abolição, as outras reformas, se as há, tudo excita curiosidade geral, e naturalmente pede uma saúde de ferro. O meu plano era simples; metia-me na casaca, e ia para o Senado arranjar um lugar, donde visse a cerimônia, deputações, recepção, discurso. Infelizmente, não posso; o médico não quer, diz-me que, por esses tempos úmidos, é arriscado sair de casa; fico (ASSIS, 1888).

Conforme já dito nesta pesquisa, ao momento da assinatura da Lei Áurea, o Brasil já não possuía quantidade significativa de escravos (menos de 5% da

população), assim a assinatura se tornou uma formalidade para uma realidade vigente. Isso não quer dizer que os negros já gozassem de respeito social ou que pudessem alçar a cargos e que tivessem oportunidades iguais, algo que nem em tempos modernos foi alcançado. Conforme o autor Julio José Chiavenato:

A abolição libertou o homem branco dos escravos. Não se trata de uma frase de efeito: a sociedade brasileira em 1888 já estava praticamente livre da escravidão, faltava-lhe libertar-se dos escravos, um ônus incômodo. A Lei Áurea apenas regularizava uma situação de fato. Apenas que nesse momento, a indústria e a colheita de café já não utilizavam mais mão de obra escrava (CHIAVENATO, 1980, p.214).

O final desse parágrafo também traz à tona a característica de simbiose entre o corriqueiro e o oficial, quando Machado relaciona a pompa da cerimônia com sua intimidade. O segundo trecho é o que denota o estilo irônico típico de Machado de Assis. Ao afirmar ao leitor que a segunda razão pela qual aquela não era uma semana de ficar acamado e ao mesmo tempo dizendo que era fácil de tirar-lhe a resposta, Machado diz tratar-se da política do Ceará.

A segunda razão da saúde que eu desejava ter agora, prende com a primeira. Já o leitor adivinhou o que é. Não se pode conversar nada, assim mais encobertamente, que ele não perceba logo e não descubra. É isso mesmo; é a política do Ceará (ASSIS, 1888).

Não se trata do caso de menosprezar a importância política do estado do Ceará no período Imperial, mas é obviamente uma brincadeira pelo inesperado da frase. Machado inicia um diálogo fictício com um político Cearense, Castro Carreira, que lhe explica as diferenças entre os partidos de seu estado. Esse diálogo corrobora três hipóteses desta pesquisa. “Machado de Assis fazia um acompanhamento “confesso que vivi”, em suas crônicas, geralmente elaboradas por suas observações do senado e da câmara de deputados”; Machado elaborou um diálogo extraído de sua experiência à data da assinatura da Lei Áurea para essa crônica. “Machado de Assis era um arguto observador das questões políticas de seu tempo, por muitas vezes tecendo críticas irônicas ao comportamento da época”; O diálogo exposto a seguir traz Machado como um indagador ingênuo que mostra as incoerências partidárias brasileiras, assim como sua aparente falta de ideologia. “Machado de Assis utilizou suas crônicas para fazer crítica social dos acontecimentos, como o nascimento da república e a atuação dos políticos da



época”; O diálogo traduz-se como uma crítica ao funcionamento da política cearense, mas não se limita a ela unicamente, pois podia ser traduzido as demais províncias da época.

- Saberá V. Exa. que eu não entendo patavina dos partidos do Ceará...
- Com efeito...
- Eles são dois, mas quatro; ou, mais acertadamente, são quatro, mas dois.
- Dois em quatro.
- Quatro em dois.
- Quatro, dois.
- Quatro.
- Dois.
- Dois.
- Quatro.
- Justamente.
- Não é?
- Claríssimo. (ASSIS, 1888).

No mesmo diálogo, o senador Castro Carreira, explica as diferenças políticas entre os grupos dominantes do Ceará: Aquirás e Ibiapabas.

- Bem, os princípios. Sabe que o grupo Aquirás, com um troço liberal, tomaram conta da mesa; mas o grupo Ibiapaba acudiu com outro troço liberal, e puseram água na fervura. Quais são os princípios?
- Os primeiros de todos devem ser os da boa educação, sem os quais não há boa política. Dai-me boa educação, e eu vos darei boa política, diria o Barão Louis. São os primeiros de todos os princípios.
- Os segundos...
- Os segundos são os comuns – ou que os devem ser, a todos os partidários, quaisquer que sejam as denominações particulares; refiro-me ao bem da província. É o terreno em que todos se podem conciliar.
- De acordo; mas o que é que os separa?
- Os princípios.
- Que princípios?
- Não há outros; os princípios.
- Mas Aquirás é um título, não é um princípio; Ibiapaba também é um título.
- Há entre o céu e a terra mais acumulações do que sonha a vossa vã filosofia... (ASSIS, 1888).

Dessa forma, de narrador ingênuo, Machado expõe a fraqueza ideológica dos grupos políticos. Pouco importava se eram Aquirás ou Ibiapabas, não sabiam diferenciar-se e nem sabiam em que eram diferentes.

## 11 de maio de 1888

A terceira crônica a ser analisada foi publicada em 11 de maio de 1888. Machado abre essa crônica de forma bem-humorada ao descrever-se como um

homem sagaz e diferenciado ao resto da população. É interessante notar que após essa declaração Machado descreve as procissões em apoio à abolição da escravatura. Ele também denota a falta de consciência dos manifestantes, “mas ninguém dá a razão desta coisa ou daquela coisa; ninguém arrancou aos fatos uma significação, e, depois, uma opinião”.

Vejam os leitores a diferença que há entre um homem de olho aberto, profundo, sagaz, próprio para remexer o mais íntimo das consciências (eu, em suma), e o resto da população. Toda a gente contempla a procissão na rua, as bandas e bandeiras, o alvoroço, o tumulto, e aplaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra coisa; mas ninguém dá a razão desta coisa ou daquela coisa; ninguém arrancou aos fatos uma significação, e, depois, uma opinião. Creio que fiz um verso (ASSIS, 1888).

Este parágrafo ajuda a comprovar a hipótese de que Machado de Assis utilizou suas crônicas para fazer crítica social dos acontecimentos, ele é especialmente claro ao dizer que a população não soube tirar significados da abolição e nem mesmo foi capaz de ter uma opinião. Essa característica da sociedade, alienada aos acontecimentos, foi muito marcante nesse período histórico do país. Um dos exemplos mais fortes que corroboram essa visão está na declaração republicana que contou com o quase completo desinteresse da sociedade. Conforme o já exposto pelo autor Luiz Roberto Lopez:

A Monarquia viu solapadas, no decorrer dos anos, as suas bases sociais e caiu de maneira inglória, colhendo pouco menos que uma indiferença geral. Embora os republicanos ideológicos não fossem numerosos em 1889, a confiança na Monarquia tinha descido a níveis mínimos (LOPEZ, 1988, p.100).

O parágrafo seguinte traz uma das grandes polêmicas envolvendo Machado de Assis. A dificuldade em verificar-se o apoio a lei da abolição. Embora o autor, Pedro Pereira da Silva Costa, afirme que Machado, apoiou sim a causa negra, especialmente a Lei do Ventre Livre.

Não participara como a maior parte de seus amigos – Ferreira de Araújo, Nabuco, Serra, Quintino, Patrocínio —, da campanha abolicionista. Isto é, não participara da ação política que era o cerne da campanha. Mas, no Ministério, era um dos que mais contribuíram para defender os interesses dos escravos; e ao trabalho da diretoria de Agricultura, atribuiu-se a libertação de mais de 60 mil escravos... E, discretamente, escrevia pelos escravos. Não só agora, mas desde as primeiras campanhas que vira. Justamente do visconde de Rio Branco, autor da Lei do Ventre Livre, recebera uma carta agradecendo a colaboração (COSTA, 2003, p.147).

Os dois parágrafos a seguir mostram que Machado seguia à risca sua fama de burocrático. De fato, ele não chega a ser diretamente um militante da abolição, preferindo as entrelinhas do texto. O autor cita questões econômicas como sendo desfavoráveis para a aprovação da lei, mas devemos lembrar que nesse período somente o atrasado Vale do Paraíba ainda utilizava mão de obra escrava. Outros polos empregatícios cafeicultores já utilizavam a mão de obra imigrante, paga, vinda da Itália e Alemanha.

Eu, pela minha parte não tinha parecer. Não era por indiferença; é que me custava a achar uma opinião. Alguém me disse que isto vinha de que certas pessoas tinham duas e três, e que naturalmente esta injusta acumulação trazia a miséria de muitos; pelo que, era preciso fazer uma grande revolução econômica, etc. Compreendi que era um socialista que me falava. E mandei-o à fava. Foi outro verso, mas vi-me livre de um amolador. Quantas vezes me não acontece o contrário! (ASSIS, 1888).

Esses trechos corroboram algumas hipóteses desta pesquisa. Primeiro a de que Machado de Assis era um arguto observador das questões políticas de seu tempo, pois ele estabelece a alienação da população à questão abolicionista e a falta de posicionamento que ela tomava, “ninguém dá a razão desta coisa ou daquela coisa, ninguém arrancou aos fatos uma significação”. A segunda hipótese corroborada é a de que Machado utilizou suas crônicas para fazer crítica social dos acontecimentos, por seu relato a reações à Lei Áurea.

O próximo parágrafo da crônica de 11 de maio traz a denúncia de Machado contra um esquema de contratação de escravos fugidos. Machado, aqui burocrático, se atém às nomenclaturas “corretas”, à lei para chamar os escravos fugidos, “Escravos, isto é, indivíduos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa”. Não foge a Machado um tom contrário a chamar seres humanos de escravos.

Não é novidade para ninguém, que os escravos fugidos, em Campos, eram alugados. Em Ouro Preto fez-se a mesma coisa, mas por um modo mais particular. Estavam ali muitos escravos fugidos. Escravos, isto é, indivíduos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais. Esses fugidos não tinham ocupação; lá veio, porém, um dia em que acharam salário, e parece que bom salário. Quem os contratou? Quem é que foi a Ouro Preto contratar com esses escravos fugidos aos fazendeiros A, B, C? Foram os fazendeiros D, E, F. Estes é que saíram a contratar com aqueles escravos de outros colegas, e os levaram consigo para as suas roças (ASSIS, 1888).

Ele continua sua história e afirma que os fazendeiros que contrataram escravos, nada mais do que queriam pregar uma peça a João Clapp, presidente da Confederação Abolicionista. O trecho corrobora a luta de Machado contra a escravidão quando diz: “desde que os interessados rompiam assim a solidariedade do direito comum, é que a questão passava a ser de simples luta pela vida” (1888).

Não quis saber mais nada; desde que os interessados rompiam assim a solidariedade do direito comum, é que a questão passava a ser de simples luta pela vida, e eu, em todas as lutas, estou sempre do lado do vencedor. Não digo que este procedimento seja original, mas é lucrativo. Alguns não me compreenderam (porque há muito burro neste mundo); alguém chegou a dizer-me que aqueles fazendeiros fizeram aquilo, não porque não vissem que trabalhavam contra a própria força, mas para pregar uma peça ao Clapp. Imagina-se bem se arregalei os olhos (ASSIS, 1888).

Outro recorte que é oportuno para a concepção de Machado contrário à abolição é o próximo: “alguém chegou a dizer-me que aqueles fazendeiros fizeram aquilo, não porque não vissem que **trabalhavam contra a própria força**, mas para pregar uma peça ao Clapp. **Imagina-se bem se arregalei os olhos**”. Os grifos atentam para o caso dos fazendeiros que empregavam escravos e, portanto, contrariavam o normal que seria escravizá-los e a incredulidade de Machado em acreditar que fazendeiros contratariam escravos para “pregar uma peça”, ao presidente da Confederação Abolicionista. Esse pedaço da crônica de 11 de maio valida as hipóteses de que Machado de Assis era um arguto observador das questões políticas de seu tempo, pois são feitas críticas ao comportamento dos fazendeiros e a interpretação de que as pessoas tiveram do fato, algumas chegando a crer que se tratava de “pregar uma peça”;

A hipótese de que Machado de Assis utilizou suas crônicas para fazer crítica social dos acontecimentos é validada quando o autor escreve: “desde que os interessados rompiam assim a solidariedade do direito comum, é que a questão passava a ser de simples luta pela vida”. Lutar pela vida contra o direito de propriedade sobre outro ser humano é uma das maiores críticas à escravatura nessa crônica.

A seguir Machado escreveu um diálogo em que comentava o caso dos escravos fugidos e sob a menção de que se tratava de uma armação acusa o interlocutor de ser um “papagaio”, um mero repetidor do que ouviu e de não haver racionalizado a informação. Ademais, há uma troca de frases que corrobora a

hipóteses de que Machado de Assis teve a perspicácia de fazer a leitura do Brasil do futuro. Na troca de diálogos que entende que o progresso abolicionista traria invariavelmente a República.

– Não, senhor; é uma República. Querem ver que também não acredita que esta mudança é indispensável?

– Homem, eu, a respeito de governo, estou com Aristóteles, no capítulos dos chapéus. O melhor chapéu é o que vai bem à cabeça. Este, por hora, não vai mal (ASSIS, 1888).

Vê-se que Machado ao momento não fazia coro à República, firmando-se da opinião de que o melhor governo era o que se adaptava a realidade e o povo presente. Lembramos que o poder da Monarquia advinha da indústria escravocrata que acabara de ser eliminada. O autor Luis Roberto Lopez dá um parecer sobre a estrutura do Império e as mudanças por qual estava obrigado a passar nos anos de 1888 à 1889.

A estrutura do Império revelava-se arcaica e obsoleta, estagnada e superada, incapaz de assimilar, acompanhar e presidir o progresso. De sua parte, as novas classes prósperas que surgiam (cafeicultores paulistas, grupos comerciais, financeiros e industriais urbanos) sentiram-se desvinculadas da monarquia e estranhas a ela (LOPEZ, 1988, p.90).

## **19 de maio de 1888**

A crônica do dia 19 de maio de 1888 traz um apoio mais feroz de Machado à abolição trazendo a representação da elite carioca com alguns membros dessa sociedade tentando se aproveitar do viés humanitário da Lei Áurea e querendo se promover socialmente. Essa ambientação é uma das características da crônica brasileira. Conforme o autor Antonio Candido, essa forma de história que pode ser entendida em camadas se adapta às necessidades diárias dos leitores de jornal.

Por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 1992, p.13).

A ambientação dessa crônica também se enquadra no entendimento da crônica moderna brasileira, que se define por enquadrar um instante para desenvolver algumas vezes assuntos mais pesados. Conforme Sá:

Embora não tenha preconceitos temáticos, não acolhe toda e qualquer matéria: dentro do seu campo de ação – o acidental captado “quer num flagrante de esquina, quer nas palavras de uma criança ou num incidente doméstico” –, a crônica deve escolher um fato capaz de reunir em si mesmo o “disperso conteúdo humano”, pois só assim ela pode cumprir o antigo princípio da literatura: “ensinar, comover e deleitar” (SÁ, 1992, p.22).

A crônica traz o personagem de ex-político de Machado que diz ter libertado seu escravo, pois já sabia que a Lei de 13 de maio seria passada. Esclarecendo, nenhuma biografia de Machado de Assis afirma que o escritor possuiu escravos. Por sua história de neto de ex-escravos e vindo de uma família humilde, possuir um escravo seria de hipocrisia tremenda. A crônica inteira tem um certo tom de deboche contra a elite social carioca que visava ganhar de prestígio ao apoiar a abolição, “reuni umas cinco pessoas, conquanto as notícias dissessem trinta e três (anos de Cristo)”. Vemos a cena de um jantar em que os convivas celebram a abolição e o personagem de Machado liberta o próprio de maneira efusiva.

Neste jantar, a que meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor, reuni umas cinco pessoas, conquanto as notícias dissessem trinta e três (anos de Cristo), no intuito de lhe dar um aspecto simbólico (...). Pancrácio, que estava à espreita, entrou na sala, como um furacão, e veio abraçar-me os pés. Um dos meus amigos (creio que é ainda meu sobrinho) pegou de outra taça, e pediu à ilustre assembleia que correspondesse ao ato que acabava de publicar, brindando ao primeiro dos cariocas. Ouvi cabisbaixo; fiz outro discurso agradecendo, e entreguei a carta ao molecote. Todos os lenços comovidos apanharam as lágrimas de admiração. Caí na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo (ASSIS, 1888).

Em sequência Machado cria um diálogo entre o ex-político e seu ex-escravo. No diálogo, o personagem narrador diz contratar o ex-escravo por seis mil réis para que trabalhasse para ele. Para efeito de comparação, no livro “1808”, de Laurentino Gomes há a conversão entre réis e reais atuais. Sendo mil réis iguais à 56 reais, isso faz do soldo de Pancrácio um valor aproximado de 336 reais por mês. Essa comparação serve apenas à título de curiosidade, já que não podemos aferir preços locais de alimentos e custo de vida.

No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

— Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...  
 — Oh! meu senhô! fico.  
 — ... Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo; tu cresceste imensamente. Quando nasceste, eras um pirralho deste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...  
 — Artura não qué dizê nada, não, senhô...  
 — Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis; mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha (ASSIS, 1888).

Toda a cena de libertação do escravo pelo ex-político é um teatro em troca de ganho social. Machado nessa crônica comprova as seguintes hipóteses desta pesquisa: Machado de Assis era um arguto observador das questões políticas de seu tempo, por muitas vezes tecendo críticas irônicas ao comportamento da época; a crônica inteira se dá a criticar um comportamento da sociedade carioca, especialmente entre os mais influentes. Machado de Assis utilizou suas crônicas para fazer crítica social dos acontecimentos, como o nascimento da república e a atuação dos políticos da época; Essa crônica traz uma especial crítica aos políticos, já que seu personagem narrador o era e liberta o escravo com o interesse de eleger-se deputado. A seguir o parágrafo final que sedimenta melhor a segunda hipótese confirmada.

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes de abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia; que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar, (simples suposição) é então professor de filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: és livre, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do Céu (ASSIS, 1888)

## 1º de junho

A crônica do dia 1º de junho traz de volta a relação entre coloquial e literário d estilo de Machado de Assis, conforme pequeno exemplo:

Estando há dias a almoçar com alguns amigos, percebi que alguma coisa os amargurava. Não gosto de caras tristes, como não gosto delas alegres; – um meio-termo entre o Caju e o Recreio Dramático (ASSIS, 1888)

Essa crônica mostra a reação da elite burguesa carioca à abolição e as formas como ela quis lucrar com o fato. Se tratando da segunda crônica que Machado abordou esse assunto, supomos que essas tentativas de ganho social com a abolição devam ter sido constantes nos meses seguintes a proclamação da Lei Áurea. Machado abre a crônica contando uma história pessoal de seu personagem narrador, onde o mesmo, dizia sentir-se constrangido em aproveitar-se de sua ama de leite quando era pequeno.

Criou-me uma ama, escrava; e, apesar de escrava e ama, nunca lhe pus a boca no seio para mamar.  
 — Mas, Policarpo, tu tens direito a ser aleitado, e depois é obrigação da escrava alugada.  
 Em vão chorava, a Florinda corria, desabotoava o corpinho, punha o seio de fora, e eu, por mais fome que tivesse, não lhe pegava sem pedir licença. Pedia por gesto; parece que era um gesto de olhos... (ASSIS, 1888)

A historieta serve para ilustrar as contradições do personagem narrador. Dispondo de escravos, tentava lhes tratar bem, mas não esqueçamos que na crônica anterior não se contém ao castigar fisicamente seu escravo Pancrácio. Nisso, Machado revelava a própria sociedade carioca que libertava seus escravos, mas não eliminava o preconceito e a discriminação vigentes. O autor, Antonio Olinto, mostra que a crônica ficcional com base no real produz uma associação que traz reflexões ao cotidiano.

Assim é que, tal como no caso da reportagem, a obra de arte tem sempre por base a realidade, constituindo-se, a ficção, numa associação de possíveis realidades que palpitam no mundo externo. (OLINTO, 2008, p.38)

Após saudar o leitor e reafirmar sua boa educação, o narrador personagem, traz a confirmação de uma das hipóteses desta pesquisa. A hipótese de que Machado de Assis era um arguto observador das questões políticas de seu tempo é confirmada no parágrafo a seguir, em que Machado demonstra como o personagem de ex-político manipula a imprensa para mover a opinião pública. Lembramos que nesse período era de costume a políticos e pessoas abastadas terem jornais para publicarem suas opiniões e críticas a adversários, sem tanto compromisso jornalístico.



Agora mesmo, lendo naquela folha que o governo é que deu o dinheiro com que os jornais fizeram as festas abolicionistas, pensam que, se tivesse de explicar-me, fá-lo-ia como a comissão da imprensa? Não; seria grosseiro. Nunca se deve desmentir ninguém. Eu diria que sim, que era verdade, que o governo tinha pago tudo, as festas e uns alugueis atrasados da casa do Sousa Ferreira; que para isso mesmo é que fora contratado o último empréstimo em Londres; que o Serzedelo, à custa do mesmo dinheiro, tinha reformado o pau moral; que as botinas novas do Pederneiras não tinham outra origem; e que o nosso amigo e chefe José Telha precisando de uma casaca para ir ao Coquelin, é que se meteu naquelas manifestações. O redator ouvia tudo satisfeito; e no dia seguinte começava assim o editorial: "Conforme havíamos previsto" (o resto como em 1844), (ASSIS, 1888).

Outra parte importante dessa crônica é o próximo parágrafo, no qual, Machado tece críticas fortes aos políticos que hipocritamente tentaram aproveitar-se da abolição para promoverem-se. Machado, dessa forma, confirma mais uma das hipóteses, a que utilizou suas crônicas para fazer uma crítica social dos acontecimentos, pois demonstra a falta de humanidade dos convidados à festa que chegam a reclamar da falta do nome do mesmo nas festas abolicionistas. Machado afirma: "O menos que diria a todos, é que eles tanto trabalharam para a abolição dos escravos, como para a destruição de Nínive ...".

Um dos convivas confessou que no meio das festas abolicionistas não aparecia o seu nome, outro que era o dele que não aparecia, outro que era o dele, e todos que os deles. Aqui é que eu quisera ser um homem malcriado. O menos que diria a todos, é que eles tanto trabalharam para a abolição dos escravos, como para a destruição de Nínive, ou para a morte de Sócrates... Eu, com uma sabedoria só comparável à deste filósofo, respondi que a História era um livro aberto, e a justiça a perpétua vigilante. Um dos convivas, dado a frases, gostou da última, pediu outra e um cálice de Alicante. Respondi, servindo o vinho, que as reparações póstumas eram mais certas que a vida, e mais indestrutíveis que a morte. Da primeira vez fui vulgar, da segunda creio que obscuro; de ambas sublime e bem-criado (ASSIS, 1888)

Esse distanciamento da elite carioca com as classes pobres da sociedade foi uma constante do período do segundo Império. Luiz Roberto Lopez, no livro "História do Brasil Imperial", sintetiza desta maneira o período:

Aquele foi o regime em que uma corte distante e protocolar, sediada no Rio de Janeiro, preocupou-se em conservar uma estrutura que beneficiava os senhores de terra e escravos (LOPEZ, 1988, p.63).

Uma das frases escritas nessa crônica sepulta a questão do "apoio" burguês ao abolicionismo: "Em linguagem chã, todos eles queriam ir à Glória sem pagar o bonde".

## 26 de junho de 1888

A próxima crônica a ser analisada é a de 26 de junho de 1888. Essa crônica traz Machado teorizando sobre o que poderia ocorrer aos donos de ex-escravos, como eles poderiam ganhar dinheiro com as indenizações dos contratos.

Eu, se tivesse crédito na praça, pedia emprestados a casamento uns vinte contos de réis, e ia comprar libertos. Comprar libertos não é expressão clara; por isso continuo (ASSIS, 1888).

Lembramos, como já foi apresentado nesta pesquisa, que não houve indenizações. Fato esse, que fez o Império perder o apoio de um dos únicos setores que ainda o apoiava, o escravista. Conforme Luiz Roberto Lopez: “Por sua parte, os antigos senhores de escravos reclamavam contra um regime que não os indenizara pela libertação de seus escravos” (1988,p.99).

Machado tece uma crônica em forma de reflexão, onde parece imprimir um estilo de monólogo ao texto. Ele descreve a situação de compra de escravos libertos a um cenário comparativo ao livro “Almas Mortas”, do escritor russo Gogól.

Tchitchikof, um espertalhão da minha marca, ou talvez maior, lembra-se de comprar as almas mortas de vários proprietários. Bom negócio para os proprietários, que vendiam defuntos ou simples nomes, por dez-réis de mel coado. Tchitchikof, logo que arranjou umas mil almas mortas, registrou-as como vivas; pegou dos títulos do registro, e foi ter a um Monte de Socorro, que, à vista dos papéis legais, adiantou ao suposto proprietário uns 200.000 rublos; Tchitchikof meteu-os na mala e fugiu para onde a polícia russa o não pudesse alcançar (ASSIS, 1888).

Essa relação do uso da ficção para criticar a realidade é uma das muitas contribuições de Machado à crônica brasileira. Assim como, na crônica analisada anteriormente, o uso do ficcional atrelado a realidade aporta reflexões ao cotidiano da sociedade.

A crônica do dia 26 de junho se caracteriza por Machado equivocarse ao imaginar que haveriam indenizações. Não se pode culpá-lo, o governo brasileiro do período apoiou a escravidão e a exploração humana até o limite do possível dentro de um cenário internacional. Como exemplo dessa pressão internacional e de acordo com o autor Florentino Gomes, os escravos providos ao Brasil vinham da costa africana abaixo da linha do Equador, por imposição do Reino Unido:

Do ponto de vista jurídico, nada interditava a nova nação de participar do comércio negreiro, ao norte ou ao sul do Equador. Contudo, tendo em vista a necessidade premente do governo brasileiro de obter o reconhecimento internacional, o que certamente passaria pelas considerações inglesas, a posição dos traficantes sediados no Brasil ficara insustentável (FLORENTINO, 2002, p.32).

Machado, assim, demonstra mais uma vez as contradições de uma sociedade em formação. Aproveitar-se do sistema, o chamado “jeitinho brasileiro”, parece ter raízes profundas no comportamento popular. O escritor, por meio de seu personagem narrador, assume que utilizaria o dinheiro das indenizações para pagar seu casamento. Sendo o personagem um ex-político, podemos assumir que casava-se tardiamente para a época. Mesma situação que viveu Machado de Assis que casou-se aos 30 anos com a portuguesa Carolina Augusta Xavier de Novais.

Porquanto, isto de indenização, dizem uns que pode ser que sim, outros que pode ser que não: é por isso que eu pedia o dinheiro casamento. Dado que sim, paga e casava (com a leitora, por exemplo); dado que não, ficava solteiro e não perdia nada, porque o dinheiro era de outro. Confessem que era um bom negócio (ASSIS, 1888).

Relacionar a intimidade com suas crônicas foi uma das características da produção de Machado de Assis. Conforme o autor Dau Bastos:

Eventualmente, fazia referências à esfera pessoal, a exemplo dos comentários sobre a dificuldade de enxergar e outros problemas de saúde. Também registrava sutilmente cenas impregnadas de afeto, como da vez em que aproveitou a lembrança da passagem de um escritor e estadista argentino pelo Clube Fluminense para contar que o evento lhe possibilitara admirar alguém que alguns pesquisadores acreditam ser Carolina (BASTOS, p.164).

A crônica do dia 26 de junho valida a hipótese de que Machado de Assis fazia um acompanhamento “confesso que vivi”, pois toda ela é narrada em um tom pessoal. Lembramos que ela também traz uma das características mais marcantes da crônica brasileira ao unir o tom de “conversa” com assuntos sérios nas entrelinhas. A crônica brasileira, conforme dito pelo autor Jorge de Sá, tem como uma das características a observação do meio.

A observação direta é o ponto de partida para que o narrador possa registrar os fatos de tal maneira que mesmo os mais efêmeros ganhem uma certa concretude. Essa concretude lhes assegura a permanência, impedindo que caiam no esquecimento (SÁ, 1992, p.6).

## 19 de julho de 1888

A sétima crônica a ser analisada foi publicada no dia 19 de julho de 1888. Nela, Machado de Assis, assumiu um tom de quase conto ao narrar a hipótese de que nascera “Bei de Tunes”, ou Rei da Tunísia. Após o parágrafo introdutório que serve como uma conversa para apresentar-se, marcante das crônicas brasileiras, Machado faz uma crítica aos senadores vitalícios e sua distância com o povo que os elegera.

Não indo mais longe, acabo de ler no discurso do Sr. Senador Leão Veloso uma frase, que, se eu estivesse em Tunes, não lhe perderia o sentido. S. Exa. declarou que a vitaliciedade do cargo não o segregou daqueles que o elegeram. Ora, os que o elegeram vão morrendo e hão de ir morrer todos, como já devem ter morrido os que elegeram o Sr. Visconde do Serro Frio. Como é que não há segregação? Há e é uma das vantagens da instituição. Se em 1871 os Srs. Silveira Martins e Barão de Mauá fossem vitalícios, não haveria o recurso aos eleitores, que pôs o Sr. Mauá fora da Câmara (ASSIS, 1888).

Machado faz um chiste ao dizer que a própria morte seria razão suficiente para segregar os eleitores dos “vitalícios”. Essa distância da corte e da classe política é atestada por Luis Roberto Lopez:

Aquele foi o regime em que uma corte distante e protocolar, sediada no Rio de Janeiro, preocupou-se em conservar uma estrutura que beneficiava os senhores de terra e escravos e era diretamente manipulada pelos cafeicultores latifundiários do Vale do Paraíba do Sul. Tratava-se de um regime sem vinculações populares e sem qualquer representatividade no quadro da cultura e da sociedade tipicamente nacionais (LOPEZ, 1988, p.63).

Esses parágrafos eram a forma de militância política que Machado optava por fazer. Em suas crônicas encontramos historietas que atestam sua visão de organização política, governo e atuação dos representantes do povo nas câmaras.

No entanto, a parte mais importante dessa crônica é o próximo parágrafo, no qual, Machado faz críticas fortes ao espiritismo que ganhava força no Brasil Imperial. Machado acompanhou a entrada do espiritismo no Brasil trazido da Europa durante o século XIX. O escritor em diversas crônicas foi muito crítico a religião espírita.

Os espiritistas brasileiros acabam de dar um golpe de mestre. Apareceu por aqui um médium, Dr. Slade é o seu nome, com a fama de ser prodigioso. A Federação Espírita Brasileira nomeou uma comissão para estudar os fenômenos de escritura direta sobre ardósias e outros efeitos físicos produzidos com o médium. Pois, senhores, não achou que o homem

valesse a fama; declarou que os trabalhos ficaram muito abaixo do que esse mesmo médium conseguiu na Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos e Austrália. É verdade que a própria Federação explica a diferença. “Todos os que estudam os fenômenos espíritas (diz ela) conhecem que as mediunidades estão sujeitas a esses eclipses.” E noutra parte: “Sabem todos que os invisíveis não estão servilmente à nossa disposição.” (ASSIS, 1888).

Em sequência, Machado dá a sugestão de que comissão estabelecida pela Federação Espírita Brasileira deveria modificar seu parecer sobre a atuação do médium: “Somente lamentamos que nesses eclipses da sua faculdade, o médium, sem dúvida por sugestões malignas, busque simular os fenômenos que obtém nas condições normais...”(ASSIS). O autor, de forma jocosa, chega a afirmar que o médium não passou de “minimum”.

Em tese de mestrado intitulada “Machado de Assis e o espiritismo: diálogos machadianos com a doutrina de Allan Kardec (1865-1896)”, e defendida em 2008 na Universidade Estadual Paulista, Elaine Cristina Maldonado afirmou:

A posição intransigente de Machado de Assis não muda nesses 31 anos, antes, se torna mais e mais incisiva. Se no início ele via o espiritismo como uma tolice, com o passar do tempo e a expansão e institucionalização da doutrina, seu discurso se altera, assumindo um tom cada vez mais contestador e contrário. Que Machado de Assis conhecia bem o espiritismo, disso não resta dúvida. Mas esse conhecimento em nenhum momento lhe trouxe alguma simpatia pela nova doutrina. Ao que parece, talvez inconscientemente, ele seguiu o conselho tantas vezes dado pelos espíritas aos seus detratores: o de conhecer primeiro a doutrina, para depois criticá-la com conhecimento de causa (MALDONADO, 2008, pg.88).

Essa crônica, portanto, confirma as hipóteses de que Machado de Assis era um arguto observador das questões políticas de seu tempo, pois a entrada do espiritismo e sua adesão por classes de maior poder econômico eram uma novidade em uma sociedade de maioria católica ou praticante de religiões vindas do continente Africano. A segunda hipótese confirmada é a de que Machado de Assis utilizou suas crônicas para fazer crítica social dos acontecimentos, pois metade da crônica é desenvolvida para criticar a vinda de um médium e a atuação da Federação Espírita Brasileira.

Machado, no entanto, não faz caso daqueles que seguem a religião espírita “E daí, quem sabe? Schopenhauer chegou a crer nas mesas que giram”, ele justifica-se afirmando que há muito que cremos e não entendemos.

Valha-me Nossa Senhora! Que porção de coisas obscuras, que eu nunca hei de entender! E daí, quem sabe? Schopenhauer chegou a crer nas mesas que giram; há quem acredite no casamento da constituição americana com o sistema parlamentar. Não é muito acreditar nos motivos do eclipse do Dr. Slade, mesmo sem entendê-los... Ah! por que não me fazem bei de Tunes! (ASSIS, 1888).

## 10 de novembro de 1888

A próxima crônica a ser analisada é a de 10 de novembro de 1888. Machado abre a crônica de forma despretensiosa tratando do funeral da recém-falecida atriz Ester de Carvalho. Em seguida, Machado faz um link com os movimentos históricos que por vezes se passam em semanas e por vezes em anos, com esta frase: “A segunda razão é que há anos e há séculos de revoluções e transformações”.

A segunda razão é que há anos e há séculos de revoluções e transformações. Para o caso de que se trata não era preciso o século, mas o ano era indispensável. Entre a vinda de Jesus e a morte de César há pouco mais de quarenta anos: e a Revolução Francesa chegou à Bastilha depois de feita nos livros e iniciada nas províncias, desde os albos do século XVIII (ASSIS, 1888).

O parágrafo serve para estabelecer as observações de Machado sobre os movimentos pró-República que começavam a surgir. Nesse período, o segundo Império já perdia grande parte de seu respaldo político vindo da Igreja Católica que se ressentia da ingerência do Imperador sobre a nomeação de Cardeais e do setor militar que não se sentia valorizado na Corte. Não esqueçamos que o setor escravista já havia abandonado o apoio político ao Imperador quando o mesmo não pagou as indenizações pela abolição.

Aqui o caso era de um ano, mesmo que viu a extinção da escravidão. Todas as liberdades são irmãs; parece que, quando uma dá rebate, as outras acodem logo. Aí temos explicado o movimento atual, que, em boa hora, vai sendo praticado em paz e harmonia. Note-se bem que o movimento outrora tinha um caráter meio duvidoso; pedia-se o fechamento das portas aos domingos. O domingo, só por si, sem mais nada, é um dia protestante; e o movimento, limitando o descanso a esse dia, como que parecia inclinar à Igreja inglesa. Daí a frieza do clero católico. Agora, porém, a plataforma (se me é lícito dizer uma palavra que pouca gente entende) abrange os domingos e dias santos. Deste modo não se pede só o dia do Senhor, mas esse e os mais que o rito católico estabelece em honra dos grandes mártires ou heróis da fé, e dos fastos da Igreja desde os primitivos tempos (ASSIS, 1888).

Machado teve a perspicácia de antever o nascimento da República “Todas as liberdades são irmãs”, em causa da proclamação da Lei Áurea. É importante notar que Machado afirma que o movimento republicano estava sendo apoiado por todos e não por uma minoria, como havia sido outrora. “Daí a frieza do clero católico. Agora, porém, a plataforma (se me é lícito dizer uma palavra que pouca gente entende) abrange os domingos e dias santos”, conforme Machado. Nanami Sato, em artigo, mostra como a aparente simplicidade da crônica tratando de fatos do dia a dia (a morte de Ester de Carvalho sendo lincada aos movimentos pela República), são ferramentas importantes da construção cronista.

Sem compromissos com a fidelidade ao factual, a literatura faz também da vida cotidiana o centro de seu acontecer, mas produz um universo próprio que eleva as questões a um patamar superior, fazendo ver ao leitor uma complexidade que não se deixa captar facilmente no dia-a-dia (SATO, 2001, p. 84).

Essa crônica corrobora a hipótese de que Machado teve a perspicácia de fazer a leitura do Brasil do futuro ao relacionar que uma liberdade, a abolição, levaria a outra, a República. Ela também valida a hipótese de que Machado de Assis fazia um acompanhamento “confesso que vivi” em suas crônicas, dado pelo tom de acompanhamento pessoal que Machado imprime na escrita e nos acontecimentos descritos. Vemos também a comprovação das hipóteses de que Machado de Assis era um arguto observador das questões políticas de seu tempo, ao atentar que os movimentos republicanos estavam sendo apoiados por uma maioria da sociedade; E que Machado de Assis utilizou suas crônicas para fazer crítica social dos acontecimentos, como o nascimento da república que ele vislumbrava, proveniente das liberdades conquistadas com o passar do tempo no país.

## **7 de junho de 1889**

A nona crônica a ser analisada é do dia 7 de junho de 1889. Machado abre o texto falando que não gostaria que lhe chamassem de profeta de fatos consumados ao caso do Conselho de Estado estar reunido a portas fechadas para discutir a

dissolução da Câmara dos Deputados. O autor afirma jocosamente receber suas escassas informações do espírito de Nostradamus, esse, enviado pelo amigo José Basílio Moreira Lapa. A grande temática dessa crônica é uma crítica severa ao espiritismo. Machado estabelece que os médiuns possuem três fases para adentrarem completamente na disciplina, cada uma mais aprofundada na loucura. Segue parágrafo da crônica:

A segunda fase do espiritismo é muito melhor. Depois de quatro ou cinco anos (prazo da primeira), começa a pura demência. Não é vagarosa nem súbita, um meio-termo, com este característico: o espírita, à medida que a demência vai crescendo, atira-se-lhe mais rápido. O último salto nas trevas dura minuto e meio a dois minutos. Há casos excepcionais de cinco e dez minutos, mas só em climas frios e muito frios, ou então nas estações invernosas. Nos climas quentes e durante o verão, o mais que se terá visto, é cair em três minutos (ASSIS, 1889).

Talvez a frase de maior impacto seja a de: “O espírita, à medida que a demência vai crescendo, atira-se-lhe mais rápido”(ASSIS). De acordo com a autora, Elaine Cristina Maldonado, não era o fato de ser uma nova crendice que molestava Machado, mas sim por se apresentar como a nova e definitiva revelação. De acordo com Maldonado:

O que vemos é uma defesa dos profetas e das práticas populares, desde que os seus realizadores tenham agido de boa-fé, ou seja, por ignorância e credulidade, sem se dar conta de que contrariavam alguma instituição, ou transgrediam alguma lei. Aqui podemos nos voltar àquelas crônicas em que Machado de Assis defendeu as feiticeiras e o curandeiro, mas acusou a cartomante. A crendice popular, para ele, era plenamente justificável, mas uma doutrina que afirma falar com os mortos, e se autoproclama a nova e definitiva revelação, não (MALDONADO, 2008, pg.88).

Temos nessa crônica a comprovação de duas hipóteses. A primeira é a de que Machado de Assis fazia um acompanhamento “confesso que vivi” em suas crônicas, sendo esta corroborada pelo tom pessoal que é imprimido à crônica, vindo provavelmente de experiências do escritor. A segunda hipótese é a de que Machado de Assis era um arguto observador das questões políticas de seu tempo. Essa hipótese é válida visto que Machado considerava o método de abordagem espírita à sociedade, “definitiva revelação”, errôneo.

Machado, nos próximos parágrafos, afirma que é justamente após o enlouquecimento completo do espírita que o mesmo será capaz de receber os espíritos mais elevados. O autor chega a sugerir que para “desenvolver a planta



espiritual”, os espíritas casassem somente entre si, para que assim, pudessem atingir mais rapidamente a segunda fase (pura demência, segundo o autor).

Eu chegaria a propor, se tivesse autoridade científica, um meio de desenvolver esta planta essencialmente espiritual. Estabeleceria por lei os casamentos espíritas, isto é, em que ambos os cônjuges fossem examinados e reconhecidos como inteiramente entrados na segunda fase. Os filhos desses casais trariam do berço o dom especial, em virtude da transmissão. Quando algum, escapando pelas malhas dessa lei natural (todos as têm) chegasse a simples mediocridade, paciência; os restantes, confinando na idiotia e no cretinismo (com perdão de quem me ouve), preparariam as bases de um excelente século futuro (ASSIS, 1889).

Machado resume a crônica tratando sobre o que se passará no Conselho Estadual, entendendo ele que o Visconde de Ouro Preto e os Liberais ganhariam a disputa e a casa se manteria aberta.

## **29 de agosto de 1889**

A última crônica a ser analisada é a do dia 29 de agosto de 1889. Essa crônica também é a última a ser publicada na série “Bons Dias!”. Machado começa a crônica dizendo-se descrente de curandeiros. Ele relata isso, pois em seguida descreve um caso de um curandeiro preso no Rio de Janeiro por passar-se de médico.

Hão de fazer-me esta justiça, ainda os meus mais ferrenhos inimigos: é que não sou curandeiro, eu não tenho parente curandeiro, não conheço curandeiro, e nunca vi cara, fotografia ou relíquia, sequer, de curandeiro. Quando adoeço não é de espinhela caída, — coisa que podia aconselhar-me a curandeira; é sempre de moléstias latinas ou gregas. Estou na regra; pago impostos, sou jurado, não me podem arguir a menor quebra de dever público. Sou obrigado a dizer tudo isso, como uma profissão de fé, porque acabo de ler o relatório médico acerca das drogas achadas em casa do curandeiro Tobias (ASSIS, 1889).

Em seguida o autor dá o veredito do que ocorreu e o que deve ser feito caso se encontrem mais curandeiros em atuação na cidade.

Tudo isto, e ainda mais, foi apanhado ao Tobias, no que fizeram muito bem, e oxalá se apanhem as bugigangas e drogas aos demais curandeiros, e se punam estes, como manda a lei (ASSIS, 1889).

O veredito de Machado “Que se punam estes, como manda a lei”, corrobora a visão da autora Maldonado de que Machado não se opunha a crenças em geral, apenas aqueles que tentavam aproveitar-se da população com suas práticas.

Machado, após o caso do curandeiro, começa a segunda parte da crônica, na qual faz críticas fortes ao espiritismo. Ele, antes, estabelece em prosa que lembra uma conversa as origens da medicina que vieram do curandeirismo e após relaciona seu sobrinho que cursava medicina a época. Ele faz a junção do pessoal com o literário, utilizando uma das marcas da crônica brasileira. Jorge de Sá contextualiza sobre essa “oralidade”, da crônica:

Dessa forma, há uma proximidade maior entre as normas da língua escrita e da oralidade sem que o narrador caia no equívoco de compor frases frouxas, sem a “mágica” da elaboração, pois ela não perde de vista o fato de que o real não é meramente copiado, mas recriado (SÁ, 1992,p.10).

Machado, a seguir, escreve um de seus parágrafos mais ferozes contra o espiritismo, afirmando que o mesmo seria uma “fábrica de idiotas”.

A segunda é que o espiritismo não é menos curanderia que a outra, e é mais grave, porque se o curandeiro deixa os seus clientes estropiados e dispépticos, o espírita deixa-os simplesmente doidos. O espiritismo é uma fábrica de idiotas e alienados, que não pode subsistir (ASSIS, 1889).

Para Maldonado, o escritor, nunca mudou de visão sobre a religião espírita. Ele, sim, se tornou com o passar dos anos mais e mais direto em suas críticas. Recordamos que as crônicas “Bons Dias!”, estariam enquadradas nas mais incisivas, pois foram escritas mais para o final da vida do escritor.

A posição intransigente de Machado de Assis não muda nesses 31 anos, antes, se torna mais e mais incisiva. Se no início ele via o espiritismo como uma tolice, com o passar do tempo e a expansão e institucionalização da doutrina, seu discurso se altera, assumindo um tom cada vez mais contestador e contrário (MALDONADO, 2008, pg. 89).

As hipóteses validadas por essa crônica são as de que Machado fazia um acompanhamento “confesso que vivi”, pelo tom pessoal de conversa aplicado à escrita dessa. Essa crônica também valida a hipótese de que Machado era um observador das questões políticas de seu tempo, pois não lhe escapou o momento histórico do surgimento espírita na capital fluminense. Também é validada a

hipótese de que Machado utilizou suas crônicas para fazer crítica social dos acontecimentos, isso provado pelas severas críticas tecidas a doutrina espírita.

As críticas tecidas por Machado contrárias ao Espiritismo são fruto de um olhar zeloso do escritor para com os acontecimentos sociais que se desdobravam no Brasil. A pesquisadora, Elaine Cristina Maldonado, afirma que elas vem de uma vontade de compreender a doutrina que se estabelecia no país:

De forma direta ou não, assumindo um tom áspero ou irônico, o que percebo nos escritos analisados é um questionamento constante, uma grande vontade de entender como uma doutrina importada da Europa poderia atrair tantas pessoas, muitas bastante influentes, e pregar a possibilidade de comunicação com os mortos ou a reencarnação, entre outros (MALDONADO, 2008, pg.89).

## 6.1 Inferências

Machado de Assis escreveu a série de crônica “Bons Dias!” em seu momento literário mais produtivo e pertencente ao realismo, também considerada a melhor fase do escritor nos romances. Isso acarretou em uma produção de crônicas de fina ironia e críticas ácidas ao comportamento da alta sociedade brasileira.

Dentro das crônicas analisadas identificamos temáticas principais, listadas a seguir por ordem de análise: a crônica do dia 5 de abril faz uma abertura e estabelece o narrador personagem, ela não traz críticas ou comentários sobre questões sociais, apenas traz um comentário relevante acerca do descompasso entre o imperador e a Câmara de Deputados.

A segunda crônica analisada, do dia 4 de maio, traz críticas à escravatura e apoio à lei da abolição, assim como críticas à atuação política dos partidos cearenses, sendo compreendida para os partidos nacionais.

A terceira crônica, 11 de maio, traz críticas fortes de Machado à alienação social da sociedade sobre a abolição, sendo especialmente forte na falta de opinião da população durante as manifestações pós Lei Áurea.

A quarta crônica, 19 de maio, teve como temática um apoio mais feroz de Machado à abolição fazendo uma representação para ridicularizar o comportamento burguês que tentava aproveitar-se da Lei Áurea.

A crônica do dia 1º de junho teve como temática a reação da elite carioca à abolição, enfatizando o que havia sido apresentado na crônica anterior. Na crônica

do dia 26 de junho ele tratou sobre as indenizações de ex-donos de escravos. Temos até a sétima crônica um grande tema sempre presente: escravatura.

Machado dedicou-se firmemente neste período, não só em campanha pela Lei do Ventre Livre, mas também como cronista em favor da liberação dos escravos. O segundo momento das crônicas “Bons Dias!”, trata quase que unicamente sobre o repúdio que Machado tinha ao espiritismo. Nas crônicas dos dias 19 de julho de 1888, 10 de novembro de 1888, 7 de junho de 1889 e 29 de agosto de 1889, Machado escreveu críticas fortes à religião espírita e seus praticantes, juntando a isso, descrições da sociedade carioca e política do segundo Império que aproximava-se do fim.

Através do método de análise de conteúdo de forma qualitativa, conforme definimos no capítulo 5, do *corpus* da pesquisa as inferências são produto dos resultados das hipóteses tendo elas sido validadas ou não. Entendemos que o “produto temático”, das crônicas analisadas (escravidão e espiritismo), é resultado do momento em que elas foram escritas. Essa característica é fundamental em uma crônica, que visa capturar o momento, conforme dito por Jorge Sá:

Embora não tenha preconceitos temáticos, não acolhe toda e qualquer matéria: dentro do seu campo de ação – o acidental captado “quer num flagrante de esquina, quer nas palavras de uma criança ou num incidente doméstico” -, a crônica deve escolher um fato capaz de reunir em si mesmo o “disperso conteúdo humano”, pois só assim ela pode cumprir o antigo princípio da literatura: “ensinar, comover e deleitar” (SÁ, 1992, p.22).

Machado escreveu sobre escravidão, pois esse era o grande assunto da época. Ainda que a elite dominante tenha tentado alienar-se ao problema ou lucrar socialmente com a Lei Áurea, o escritor trouxe à tona em seus espaços da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro um problema moral que atrasava o Brasil. Machado foi combativo nas mais diversas frentes que o atraso da venda de homens e mulheres trazia a todos. Indenizações, escravos fugidos, salários baixos, as reações brancas às leis de libertação.

Outro fato interessante é o da corte, sempre distante do povo brasileiro, ser referida quase a nota de rodapé. Não ignoramos a presença política, mas o fato que atentamos é o quão pouco participativa da vida carioca a corte foi, ao ponto de ser referida nas crônicas uma única vez pelo escritor que relembra-se de episódio ocorrido trinta anos antes...

Machado utilizou-se de escravos, políticos e amigos para escrever os causos de suas crônicas, sendo eles os biotipos mais comuns das crônicas. Tendo como personagem narrador, um ex-político descrente da própria política, ironia essa típica do humor do escritor. Essas personagens, burguesia e excluídos sociais, também são os personagens comuns aos grandes romances machadianos. Machado capturou, em suas crônicas com essas personagens públicas, instantes da vida carioca, buscando fazer uma crítica social dos acontecimentos.

O tratamento dispensado as personagens das crônicas bota em evidência as hipocrisias da elite social brasileira frente às modificações que se produziam na virada do ano 1888 ao 1889. O título da série de crônicas “Bons Dias!”, portanto, anuncia a chegada de um país melhor. Bons dias seriam aqueles em que a escravatura acabava no país dos senhores de escravos, bons dias eram aqueles em que a sociedade caminhava para a República.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viu-se até aqui que na série de crônicas “Bons Dias!”, Machado representou os avanços ocorridos nos tumultuados anos de 1888 à 1889. A sociedade brasileira passava pelo primeiro baque moral do fim legal da escravatura. Ainda que a presença de escravos não fosse tão grande na declaração da lei, foi um passo importante para a sociedade que marginalizava os negros. Lembramos que, mesmo com tal avanço, houve movimentos para “embranquecer” a população com as imigrações europeias no final do século XIX. Isso, além de trazer mais mão de obra barata, traria o “bônus” da cor da pele. Isso nos mostra o forte racismo ainda presente no país, apesar da Lei Áurea.

De acordo com a análise, as hipóteses de que Machado de Assis fazia um acompanhamento “confesso que vivi” em suas crônicas, geralmente elaboradas por suas observações do senado e da câmara de deputados; Machado de Assis era um arguto observador das questões políticas de seu tempo, por muitas vezes tecendo críticas irônicas ao comportamento da época; Machado de Assis utilizou suas crônicas para fazer crítica social dos acontecimentos, como o nascimento da república e a atuação dos políticos da época; Machado de Assis teve a perspicácia de fazer a leitura do Brasil do futuro. Foram todas comprovadas pelo *corpus* de crônicas escolhidas.

Machado na quase totalidade de suas crônicas fazia um acompanhamento confesso que vivi, tendendo para um monólogo nas últimas crônicas publicadas sob a série “Bons Dias!”. Muitas de suas crônicas traziam diálogos seus com senadores, eles sendo fictícios ou não, em crítica à atuação política.

O escritor por diversas vezes descreveu fatos cotidianos da sociedade, mostrando a alienação das pessoas ou falta de engajamento com o país. Ele também foi muito feliz ao prever o nascimento da República, ainda que, por hora, o chapéu monárquico parecesse servir bem ao discípulo de Aristóteles. Ele também foi muito perspicaz ao escrever que as liberdades conquistadas da Lei do Ventre Livre e Lei Áurea, levariam indubitavelmente à República. Assim, podemos dizer que todas as hipóteses foram plenamente comprovadas.

Ressalta-se também o segundo momento das crônicas escolhidas que tratam sobre o espiritismo. Machado se manteve durante toda sua vida contrário a forma como a disciplina se vendia. Ele também se mostrava terminantemente contra aos

que se aproveitavam da população para ganhar dinheiro ou outras coisas. Como analisamos as crônicas mais próximas ao final da vida de Machado de Assis, encontramos um tom forte contra o espiritismo, visto que o autor já vinha a mais de trinta anos batendo-se contra e estudando-o.

Para esta pesquisa utilizamos o método de leitura qualitativa de análise de conteúdo, que teve como base os livros de Fonseca Jr. e Laurence Bardin. O método pareceu o mais apropriado, pois permitia uma análise, pelo perdão da redundância, do conteúdo posto nas crônicas. Se tivéssemos optado por análises comparativas ou somativas não poderíamos alcançar a profundidade de matizes escritas por Machado em suas crônicas. Tendo ele tecido finas ironias especialmente nas crônicas que trataram sobre a imoralidade burguesa frente ao tratamento com os ex-escravos negros.

As inferências deixadas pela análise de conteúdo são reflexo direto dessa leitura crítica. Entender a importância da “captura de instante”, realizada pelo cronista, possibilita compreender a formação social do nosso país. Entender como nos formamos leva a ciência de esclarecer para onde caminhamos.

Por isso, vimos por tantas vezes Machado descrevendo o seio da elite carioca. Em reuniões e festas. Dado que já era figura conhecida, Machado, tinha livre caminho com os mais endinheirados. Ele fazia parte da elite social do Rio de Janeiro do século XIX, mas não se deixou contaminar pelas ideias corrompidas de preconceito. Se a captura de um instante para a crônica foi possível, foi graças a este caminho aberto que a trajetória de Machado como escritor possibilitou. Jornalista de ofício, descreveu a política e os políticos brasileiros da época. Mostrou-os como caricatos e de intelecto raso. A crônica do dia 4 de maio de 1888 é emblemática, pois demonstra mais do que os partidos do Ceará, mostra os partidos e políticos brasileiros. Machado, vindo de família pobre, não esqueceu de mostrar o abandono e a marginalização dos negros. Mostrou que, mesmo após a libertação, tinham de “alugarem-se”, para exercer os mesmos ofícios a soldos baixíssimos. Mostra a relação desmoralizada com que a burguesia tratava seus ex-escravos, “batendo por costume”, como na crônica de 19 de maio de 1888.

Concluiu-se que as crônicas escritas por Machado de Assis são ferramentas essenciais para todos aqueles interessados na formação atual do Brasil. As sementes da segregação, da formação política, da alienação do cidadão frente aos grandes movimentos estão lá. Cabe aos interessados as lerem.

Pretende-se com esse estudo contribuir com os milhares de pesquisadores que buscam compreender a sociedade brasileira, a fim de que possamos avançar ainda mais para um Bom Dia.



## 8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Academia Brasileira de Letras, **Machado de Assis**, Disponível em: <<http://www.machadodeassis.org.br/>>, em 10 de abril de 2014.

ARNT, Héris, **A Influência da literatura no jornalismo: o folhetim e a crônica**, E-papers, Rio de Janeiro, 2002

ASSIS, Machado de, **Bons Dias!**, Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1888 à 1889

BARDIN, Laurence, **Análise de Conteúdo**, Editora Persona, Lisboa, 1977

BASTOS, Dau, **Machado de Assis: Num recanto, um mundo inteiro**, Garamond, Rio de Janeiro, 2009

BRANDALISE, Vitor Hugo, **Ruy Castro: “Morrer, tudo bem, mas só se for de prazer”**, Blog da Revista GQ Brasil, Disponível em: <<http://gq.globo.com/Blogs/Vitor-Hugo-Brandalise/noticia/2013/07/ruy-castro-morrer-tudo-bem-mas-so-se-de-prazer.html>>, acesso em 25 de setembro de 2014

BRITO, José Domingos de, **Literatura e Jornalismo**, Novera Editora, São Paulo, 2007

CASTRO, Alex Galeno, **Jornalismo e Literatura: a sedução da palavra**, Escrituras Editora, São Paulo, 2002

CHIAVENATTO, Julio José, **O Negro no Brasil: Da Senzala à Guerra do Paraguai**, Brasiliense, São Paulo, 1980

COSTA, Pedro Pereira, **Machado de Assis**, Editora Três, 2003

DA SILVA, Marcelino Rodrigues, **O mundo do futebol nas crônicas de Nelson Rodrigues**, Em Tese, 1998, Disponível em:

<[http://www.ludopedio.com.br/rc/upload/files/161120\\_Marcelino%20\(M\)%20-%20O%20mundo%20do%20futebol%20nas%20cronicas%20de%20Nelson%20Rodrigues.pdf](http://www.ludopedio.com.br/rc/upload/files/161120_Marcelino%20(M)%20-%20O%20mundo%20do%20futebol%20nas%20cronicas%20de%20Nelson%20Rodrigues.pdf)> em 10 de setembro de 2014.

DINES, Alberto, **Clarice jornalista: o ofício paralelo**, Cadernos de Literatura, 2004, Consultado em 22 de setembro de 2004:  
[http://www.claricelispector.com.br/Download\\_Alberto\\_Dines\\_IMS.pdf](http://www.claricelispector.com.br/Download_Alberto_Dines_IMS.pdf)

DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio, **Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação**, São Paulo, 2005

FLORENTINO, Manolo, **Em Costas Negras**, Companhia das Letras, 1ª reimpressão, São Paulo, 2002

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, **A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**, UNICAMP, Campinas, 1992

LOPEZ, Luiz Roberto, **História do Brasil Imperial**, Mercado Aberto, 4ª edição, Porto Alegre, 1988

LIMOEIRO, Rosiney Fernandes, **A crônica e conto de Luis Fernando Veríssimo na formação do leitor**, UNIOESTE, 2010, Disponível em:  
<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/837-4.pdf>>, em 24 de setembro de 2014

MAGNOLI, Demétrio, **História das Guerras**, Editora Contexto, São Paulo, 2006

MENEZES, Fagundes de, **Jornalismo e Literatura**, Razão Cultural, Rio de Janeiro, 1997

Ministério da Educação, **Machado de Assis**, Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/>>, em 10 de abril de 2014.

MONTEIRO, Charles, **Duas leituras sobre as transformações da cultura urbana de Porto Alegre nos anos 1970: entre memória e ficção**, PUCRS, 2004, Consultado em 23 de setembro de 2014:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/1318/1023>>

OLINTO, Antonio, **Jornalismo e literatura**, JÁEditores, Porto Alegre, 2008

PENA, Felipe, **Jornalismo literário**, Contexto, São Paulo, 2006

PEREIRA, Lúcia Miguel, **Machado de Assis**, Itatiaia, 6ª edição, Rio de Janeiro, 1988

PESAVENTO, Sandra Jatthy, **O cotidiano da República**, UFRGS, 4ª edição, Porto Alegre, 1990

SÁ, Jorge de, **A crônica**, Editora Ática, São Paulo, 1992

SATO, Nanami, **Jornalismo: namoros com a literatura**, Revista Comunicare, 2º semestre de 2001, São Paulo, 2001

SODRÉ, Nelson Werneck, **História da Imprensa no Brasil**, MAUAD, 4ª edição, Rio de Janeiro, 1999

FRANÇA, Júlio, **A aporia do conselheiro: o fim da linha do cronista Machado de Assis**, UERJ, 2008

FLORENTINO, Manolo, **Em Costas Negras**, Companhia das Letras, São Paulo, 1997

## 9 ANEXOS

### 5 de abril

Bons dias!

Hão de reconhecer que sou bem criado. Podia entrar aqui, chapéu à banda, e ir logo dizendo o que me parecesse; depois ia-me embora, para voltar na outra semana. Mas, não senhor; chego à porta, e o meu primeiro cuidado é dar-lhe os bons dias. Agora, se o leitor não me disser a mesma coisa, em resposta, é porque é um grande malcriado, um grosseirão de borla e capelo; ficando, todavia, entendido que há leitor e leitor, e que eu, explicando-me com tão nobre franqueza, não me refiro ao leitor, que está agora com este papel na mão, mas ao seu vizinho. Ora bem!

Feito esse cumprimento, que não é do estilo, mas é honesto, declaro que não apresento programa. Depois de um recente discurso proferido no Beethoven, acho perigoso que uma pessoa diga claramente o que é que vai fazer; o melhor é fazer calado. Nisto pareço-me com o príncipe (sempre é bom parecer-se a gente com príncipes, em alguma coisa, dá certa dignidade, e faz lembrar um sujeito muito alto e louro, parecidíssimo com o Imperador, que há cerca de trinta anos ia a todas as festas da Capela Imperial, pour étonner de bourgeois; os fiéis levavam a olhar para um e para outro, e a compará-los, admirados, e ele teso, grave, movendo a cabeça à maneira de Sua Majestade. São gostos) de Bismark. O príncipe de Bismark tem feito tudo sem programa público; a única orelha que o ouviu, foi a do finado Imperador, — e talvez só a direita, com ordem de o não repetir à esquerda. O Parlamento e o país viram só o resto.

Deus fez programa, é verdade ("E Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança, para que presida", etc. Gênesis, I, 26); mas é preciso ler esse programa com muita cautela. Rigorosamente, era um modo de persuadir ao homem a alta linhagem de seu nariz. Sem aquele texto, nunca o homem atribuiria ao Criador, nem a sua gaforinha, nem a sua fraude. É certo que a fraude, e, a rigor, a gaforinha são obras do Diabo, segundo as melhores interpretações; mas não é menos certo que essa opinião é só dos homens bons; os maus crêem-se filhos do Céu — tudo por causa do versículo da Escritura.

Portanto, bico calado. No mais é o que se está vendo; cá virei uma vez por semana, com o meu chapéu na mão, e os bons dias na boca. Se lhes disser desde já, que não tenho papas na língua, não me tomem por homem despachado, que vem dizer coisas amargas aos outros. Não, senhor; não tenho papas na língua, e é para vir a tê-las que escrevo. Se as tivesse, engolia-as e estava acabado. Mas aqui está o que é; eu sou um pobre relojoeiro, que, cansado de ver que os relógios deste mundo não marcam a mesma hora, descri do ofício. A única explicação dos relógios era serem iguaizinhos, sem discrepância; desde que discrepam, fica-se sem saber nada, porque tão certo pode ser o meu relógio, como o do meu barbeiro.

Um exemplo. O Partido Liberal, segundo li, estava encasacado e pronto para sair, com o relógio na mão, porque a hora pingava. Faltava-lhe só o chapéu, que seria o chapéu Dantas, ou o chapéu Saraiva (ambos da chapelaria Aristocrata); era só pô-lo na cabeça, e sair. Nisto passa o carro do paço com outra pessoa, e ele descobre que ou o seu relógio está adiantado, ou o de Sua Alteza é que se atrasara. Quem os porá de acordo?

Foi por essas e outras que descri do ofício; e, na alternativa de ir à fava ou ser escritor, preferi o segundo alvitre; é mais fácil e vexe menos. Aqui me terão, portanto, com certeza até a chegada do Bendegó, mas provavelmente até à escolha do Sr. Guai, e talvez mais tarde. Não digo mais nada para os não aborrecer, e porque já me chamaram para o almoço.

Talvez o que aí fica, saia muito curtinho depois de impresso. Como eu não tenho hábito de periódicos, não posso calcular entre a letra de mão e a letra de forma. Se aqui estivesse o meu amigo Fulano (não ponho o nome, para que cada um tome para si esta lembrança delicada), diria logo que ele só pode calcular com letras de câmbio — trocadilho que fede como o Diabo. Já falei três vezes no Diabo em tão poucas linhas; e mais esta, quatro; é demais.

Boas noites.

## 4 de maio

Bons dias!

...Desculpem, se lhes não tiro o chapéu; estou muito constipado. Vejam; mal posso respirar. Passo as noites de boca aberta. Creio até, que estou abatido e magro. Não? Estou; olhem como fungo. E não é de autoridade, note-se; *ex auctoritate* qua fungor, não, senhor; fungo sem a menor sombra de poder, fungo à toa...

Entretanto, se alguma vez precisei de estar de perfeita saúde, é agora, por várias razões. Citarei duas:

A primeira é a abertura das Câmaras. Realmente, deve ser solene. O discurso da princesa, o anúncio da lei de abolição, as outras reformas, se as há, tudo excita curiosidade geral, e naturalmente pede uma saúde de ferro. O meu plano era simples; metia-me na casaca, e ia para o Senado arranjar um lugar, donde visse a cerimônia, deputações, recepção, discurso. Infelizmente, não posso; o médico não quer, diz-me que, por esses tempos úmidos, é arriscado sair de casa; fico.

A segunda razão da saúde que eu desejava ter agora, prende com a primeira. Já o leitor adivinhou o que é. Não se pode conversar nada, assim mais encobertamente, que ele não perceba logo e não descubra. É isso mesmo; é a política do Ceará. Era outro plano meu; entrava pelo Senado, e ia ter com o senador cearense Castro Carreira, e dizia-lhe mais ou menos isto:

— Saberá V. Exa. que eu não entendo patavina dos partidos do Ceará...

— Com efeito...— Eles são dois, mas quatro; ou, mais acertadamente, são quatro, mas dois.

— Dois em quatro.

— Quatro em dois.

— Dois, quatro.

— Quatro, dois.

— Quatro.

— Dois.

— Dois.

— Quatro.

— Justamente.

— Não é?

— Claríssimo.

Dadas estas explicações, pediria eu ao Sr. Dr. Castro Carreira que me desse algumas notícias mais individuais dos grupos Aquirás e Ibiapaba... S. Exa., com fastio:

— Notícias individuais? Homem, eu não sei política individualista; eu só vejo os princípios.

— Bem, os princípios. Sabe que o grupo Aquirás, com um troço liberal, tomaram conta da mesa; mas o grupo Ibiapaba acudiu com outro troço liberal, e puseram água na fervura. Quais são os princípios?

— Os primeiros de todos devem ser os da boa educação, sem os quais não há boa política. Dai-me boa educação, e eu vos darei boa política, diria o Barão Louis. São os primeiros de todos os princípios.

— Os segundos...

— Os segundos são os comuns — ou que o devem ser, a todos os partidários, quaisquer que sejam as denominações particulares; refiro-me ao bem da província. É o terreno em que todos se podem conciliar.

— De acordo; mas o que é que os separa?

— Os princípios.

— Que princípios?

— Não há outros; os princípios.

— Mas Aquirás é um título, não é um princípio; Ibiapaba também é um título.

— Há entre o céu e a terra mais acumulações do que sonha a vossa vã filosofia...

— Pode ser, mas isto ainda não me explica a razão desta mistura ou troca de grupos, parecendo melhor que se fundissem de uma vez, com os antigos adversários. Não lhe parece?

— O que me parece, é que a princesa vem chegando.

Corríamos à janela; víamos que não; continuávamos o diálogo, a entrevista, à maneira americana, para trazer os meus leitores informados das coisas e pessoas.

O meu interlocutor, vendo que não era a princesa, olhava para mim, esperando. Pouco ou nenhum interesse no olhar; mas é ditado velho, que quem vê

cara não vê corações. Certo fastio crescente. Princípio de desconfiança de que eu sou mandado pelo diabo. Gesto vago de cruces...

— Há os Rodrigues, os Paulas, os Aquirases, os Ibiapas; há os...

— Agora creio que é a princesa. Estas trombetas... É ela mesma; adeus, sou da deputação... Apareça aqui pelo Senado... No Senado, não há dúvidas...

Mas eu pegava-lhe na mão, e não vinha embora sem alguns esclarecimentos. Tudo perdido, por causa de uma coriza! Coriza dos diabos, agora ou nunca, chegaríamos a entender aqueles grupos; e perde-se esta ocasião única, por tua causa, infame catarro, monco pérfido!... Tuah! Vou meter-me na cama.

Boas noites.

## **11 de maio**

Bons dias!

Vejam os leitores a diferença que há entre um homem de olho aberto, profundo, sagaz, próprio para remexer o mais íntimo das consciências (eu, em suma), e o resto da população.

Toda a gente contempla a procissão na rua, as bandas e bandeiras, o alvoroço, o tumulto, e aplaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra coisa; mas ninguém dá a razão desta coisa ou daquela coisa; ninguém arrancou aos fatos uma significação, e, depois, uma opinião. Creio que fiz um verso.

Eu, pela minha parte, não tinha parecer. Não era por indiferença; é que me custava a achar uma opinião. Alguém me disse que isto vinha de que certas pessoas tinham duas e três, e que naturalmente esta injusta acumulação trazia a miséria de muitos; pelo que, era preciso fazer uma grande revolução econômica, etc. Compreendi que era um socialista que me falava, e mandei-o à fava. Foi outro verso, mas vi-me livre de um amolador. Quantas vezes me não acontece o contrário!

Não foi o ato das alforrias em massa dos últimos dias, essas alforrias incondicionais, que vêm cair como estrelas no meio da discussão da lei da abolição. Não foi; porque esses atos são de pura vontade, sem a menor explicação. Lá que eu



gosto da liberdade, é certo; mas o princípio da propriedade não é menos legítimo. Qual deles escolheria? Vivia assim, como uma peteca (salvo seja), entre as duas opiniões, até que a sagacidade e profundidade de espírito com que Deus quis compensar a minha humildade, me indicou a opinião racional e os seus fundamentos.

Não é novidade para ninguém, que os escravos fugidos, em Campos, eram alugados. Em Ouro Preto fez-se a mesma coisa, mas por um modo mais particular. Estavam ali muitos escravos fugidos. Escravos, isto é, indivíduos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais. Esses escravos fugidos não tinham ocupação; lá veio, porém, um dia em que acharam salário, e parece que bom salário.

Quem os contratou? Quem é que foi a Ouro Preto contratar com esses escravos fugidos aos fazendeiros A, B, C? Foram os fazendeiros D, E, F. Estes é que saíram a contratar com aqueles escravos de outros colegas, e os levaram consigo para as suas roças.

Não quis saber mais nada; desde que os interessados rompiam assim a solidariedade do direito comum, é que a questão passava a ser de simples luta pela vida, e eu, em todas as lutas, estou sempre do lado do vencedor. Não digo que este procedimento seja original, mas é lucrativo. Alguns não me compreenderam (porque há muito burro neste mundo); alguém chegou a dizer-me que aqueles fazendeiros fizeram aquilo, não porque não vissem que trabalhavam contra a própria causa, mas para pregar uma peça ao Clapp. Imagina-se bem se arregalei os olhos.

— Sim, senhor. Saia que o Clapp tinha o plano feito de ir a Ouro Preto pegar os tais escravos e restituí-los aos senhores, dando-lhes ainda uma pequena indenização do seu bolsinho, e pagando ele mesmo a sua passagem da estrada de ferro. Foi por isso que...

— Mas então quem é que está aqui doido?

— É o senhor; o senhor é que perdeu o pouco juízo que tinha. Aposto que não vê que anda alguma coisa no ar.

— Vejo; creio que é um papagaio.

— Não, senhor; é uma República. Querem ver que também não acredita que esta mudança é indispensável?

— Homem, eu, a respeito de governo, estou com Aristóteles, no capítulo dos chapéus. O melhor chapéu é o que vai bem à cabeça. Este, por ora, não vai mal.

— Vai pessimamente. Está saindo dos eixos; é preciso que isto seja, senão com a Monarquia, ao menos com a República, aquilo que dizia o Rio-Post de 21 de junho do ano passado. Você sabe alemão?

— Não.

— Não sabe alemão?

E dizendo-lhe eu outra vez que não sabia, ele imitando o médico de Molière, dispara-me na cara esta algaravia do diabo:

— Es dürfte leicht zu erweisen sein, dass Brasilien weniger eine konstitutionelle Monarchie als eine absolute Oligarchie ist.

— Mas que quer isto dizer?

— Que é deste último tronco que deve brotar a flor.

— Que flor?

— As

Boas noites.

## 19 de maio

Bons dias!

Eu pertenço a uma família de profetas après coup, post factum, depois do gato morto, ou como melhor nome tenha em holandês. Por isso digo, e juro se necessário fôr, que tôda a história desta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos. Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar.

Neste jantar, a que meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor, reuni umas cinco pessoas, conquanto as notícias dissessem trinta e três (anos de Cristo), no intuito de lhe dar um aspecto simbólico.

No golpe do meio (coup du milieu, mas eu prefiro falar a minha língua), levantei-me eu com a taça de champanha e declarei que acompanhando as idéias

pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia que a nação inteira devia acompanhar as mesmas idéias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado.

Pancrácio, que estava à espreita, entrou na sala, como um furacão, e veio abraçar-me os pés. Um dos meus amigos (creio que é ainda meu sobrinho) pegou de outra taça, e pediu à ilustre assembléia que correspondesse ao ato que acabava de publicar, brindando ao primeiro dos cariocas. Ouvi cabisbaixo; fiz outro discurso agradecendo, e entreguei a carta ao molecote. Todos os lenços comovidos apanharam as lágrimas de admiração. Caí na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo.

No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

– Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...

– Oh! meu senhô! Fico.

– ...Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo; tu crescestes imensamente. Quando nasceste, eras um pirralho dêste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...

– Artura não qué dizê nada, não, senhô...

– Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis; mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.

– Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete.

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Êle continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos.

Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí pra cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe bêsta quando lhe não

chamo filho do diabo; cousas tôdas que êle recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre.

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes da abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a tôda a gente que dêle teve notícia; que êsse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar, (simples suposições) é então professor de filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: és livre, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu.

Boas noites.

## **1º de junho**

Bons dias!

Agora fale o senhor, que eu não tenho nada mais que lhe dizer. Já o saudei, graças à boa criação que Deus me deu, porque isto de criação, se a natureza não ajuda, é escusado trabalho humano. Eu, em menino fui sempre um primor de educação. Criou-me uma ama, escrava; e, apesar de escrava e ama, nunca lhe pus a boca no seio para mamar.

— Mas, Policarpo, tu tens direito a ser aleitado, e depois é obrigação da escrava alugada.

Em vão chorava, a Florinda corria, desabotoava o corpinho, punha o seio de fora, e eu, por mais fome que tivesse, não lhe pegava sem pedir licença. Pedia por gesto; parece que era um gesto de olhos...

Aos cinco anos (era em 1831), como já sabia ler, davam-nos no colégio A Pátria, pouco antes fundada pelo Sr. Carlos Bernardino de Moura, com as mesmas doutrinas políticas que ainda hoje sustenta. A minha alma, que nunca se deu com política, dormia que era um gosto; mas os olhos não, esses iam por ali fora, risonhos, aprobatórios.

Agora mesmo, lendo naquela folha que o governo é que deu o dinheiro com que os jornais fizeram as festas abolicionistas, pensam que, se tivesse de explicar-me, fá-lo-ia como a comissão da imprensa? Não; seria grosseiro. Nunca se deve desmentir ninguém. Eu diria que sim, que era verdade, que o governo tinha pago tudo, as festas e uns aluguéis atrasados da casa do Sousa Ferreira; que para isso mesmo é que fora contratado o último empréstimo em Londres; que o Serzedelo, à custa do mesmo dinheiro, tinha reformado o pau moral; que as botinas novas do Pederneiras não tinham outra origem; e que o nosso amigo e chefe José Telha precisando de uma casaca para ir ao Coquelin, é que se meteu naquelas manifestações. O redator ouvia tudo satisfeito; e no dia seguinte começava assim o editorial: "Conforme havíamos previsto" (o resto como em 1844).

Podia citar casos honrosíssimos, como prova de boa criação. Um deles nunca me há de esquecer, e é fresquinho.

Estando há dias a almoçar com alguns amigos, percebi que alguma coisa os amargurava. Não gosto de caras tristes, como não gosto delas alegres; — um meio-termo entre o Caju e o Recreio Dramático é o que vai comigo. Senão quando, com um modo delicado, perguntei o que é que tinham. Calaram-se; eu, como manda a boa criação, calei-me também e falei de outra coisa. Foi o mesmo que se os convidasse a pôr tudo em pratos limpos. Tratando-se de um almoço, era condição primordial.

Um dos convivas confessou que no meio das festas abolicionistas não aparecia o seu nome, outro que era o dele que não aparecia, outro que era o dele, e todos que os deles. Aqui é que eu quisera ser um homem malcriado. O menos que diria a todos, é que eles tanto trabalharam para a abolição dos escravos, como para a destruição de Nínive, ou para a morte de Sócrates... Eu, com uma sabedoria só comparável à deste filósofo, respondi que a História era um livro aberto, e a justiça a perpétua vigilante. Um dos convivas, dado a frases, gostou da última, pediu outra e um cálice de Alicante. Respondi, servindo o vinho, que as reparações póstumas eram mais certas que a vida, e mais indestrutíveis que a morte. Da primeira vez fui vulgar, da segunda creio que obscuro; de ambas sublime e bem criado.

Em linguagem chã, todos eles queriam ir à Glória sem pagar o bonde; creio que fiz um trocadilho. De mim, confesso que lá iria, se pudesse, com a mesma economia; mas, não havendo outro meio, pago o tostãozinho, e paro à porta do Club

Beethoven, que anda agora em tais alturas, que já foi citado pela boca de eminente cidadão...

Hão de concordar que este período vai um pouco embrulhado, mas não devo desembrulhá-lo; seria constipar a minha idéia. Podia citar outros muitos casos de boa criação, realmente exemplares. Nunca dei piparotes nas pessoas que não conheço, não limpo a mão à parede, não vou bugiar, que é ofício feio, e ando sempre com tal cautela, que não piso os calos aos vizinhos. Tiro o chapéu, como fiz agora ao leitor; e dei-lhe os bons dias do costume. Creio que não se pode exigir mais. Agora, o leitor que diga alguma coisa, se está para isso, ou não diga nada, e boas noites.

## **26 de junho**

Bons dias!

Eu, se tivesse crédito na praça, pedia emprestados a casamento uns vinte contos de réis, e ia comprar libertos. Comprar libertos não é expressão clara; por isso continuo.

Conhece o leitor um livro do célebre Gógol, romancista russo, intitulado Almas Mortas? Suponhamos que não conhece, que é para eu poder expor a semente da minha idéia. Lá vai em duas palavras.

Chamam-se almas os campônios que lavram as terras de um proprietário, e pelos quais, conforme o número, paga este uma taxa ao Estado. No intervalo do lançamento do imposto, morrem alguns campônios e nascem outros. Quando há déficit, como o proprietário tem de pagar o número registrado, primeiro que se faça outro recenseamento, chamam-se almas mortas os campônios que faltam.

Tchitchikof, um espertalhão da minha marca, ou talvez maior, lembra-se de comprar as almas mortas de vários proprietários. Bom negócio para os proprietários, que vendiam defuntos ou simples nomes, por dez-réis de mel coado. Tchitchikof, logo que arranjou umas mil almas mortas, registrou-as como vivas; pegou dos títulos do registro, e foi ter a um Monte de Socorro, que, à vista dos papéis legais, adiantou ao suposto proprietário uns 200.000 rublos; Tchitchikof meteu-os na mala e fugiu para onde a polícia russa o não pudesse alcançar.

Creio que entenderam; vejam agora o meu plano, que é tão fino como esse, e muito mais honesto. Sabem que a honestidade é como a chita; há de todo o preço, desde meia pataca.

Suponha o leitor que possuía duzentos escravos no dia 12 de maio, e que os perdeu com a Lei de 13 de Maio. Chegava eu ao seu estabelecimento, e perguntava-lhe:

— Os seus libertos ficaram todos?

— Metade só; ficaram cem. Os outros cem dispersaram-se; consta-me que andam por Santo Antônio de Pádua.

— Quer o senhor vender-mos?

Espanto do leitor; eu, explicando:

— Vender-mos todos, tanto os que ficaram, como os que fugiram.

O leitor assombrado:

— Mas, senhor, que interesse pode ter o senhor...

— Não lhe importe isso. Vende-mos?

— Libertos não se vendem.

— É verdade, mas a escritura de venda terá a data de 29 de abril; nesse caso, não foi o senhor que perdeu os escravos, fui eu. Os preços marcados na escritura serão os da tabela da lei de 1885; mas eu realmente não dou mais de dez mil-réis por cada um.

Calcula o leitor:

— Duzentas cabeças a dez mil-réis são dois contos. Dois contos por sujeitos que não valem nada, porque já estão livres, é um bom negócio.

Depois refletindo:— Mas, perdão, o senhor leva-os consigo?

— Não, senhor: ficam trabalhando para o senhor; eu só levo escritura.

— Que salário pede por eles?

— Nenhum, pela minha parte, ficam trabalhando de graça. O senhor pagar-lhes-á o que já paga.

Naturalmente, o leitor, à força de não entender, aceitava o negócio. Eu ia a outro, depois a outro, depois a outro, até arranjar quinhentos libertos, que é até onde podiam ir os cinco contos emprestados; recolhia-me à casa, e ficava esperando.

Esperando o quê? Esperando a indenização, com todos os diabos! Quinhentos libertos, a trezentos mil-réis, termo médio, eram cento e cinqüenta contos; lucro certo: cento e quarenta e cinco.

Porquanto, isto de indenização, dizem uns que pode ser que sim, outros que pode ser que não: é por isso que eu pedia o dinheiro casamento. Dado que sim, paga e casava (com a leitora, por exemplo); dado que não, ficava solteiro e não perdia nada, porque o dinheiro era de outro. Confessem que era um bom negócio.

Eu até desconfio que há já quem faça isto mesmo, com a diferença de ficar com os libertos. Sabem que no tempo da escravidão, os escravos eram anunciados com muitos qualificativos honrosos, perfeito cozinheiros, ótimos copeiros, etc. Era, com outra fazenda, o mesmo que fazem os vendedores, em geral: superiores morins, lindas chitas, soberbos cretones. Se os cretones, as chitas e os escravos se anunciassem, não poderiam fazer essa justiça a si mesmos.

Ora, li ontem um anúncio em que se oferece a aluguel, não me lembra em que rua, — creio que na do Senhor dos Passos, — uma insigne engomadeira. Se é falta de modéstia, eis aí um dos tristes frutos da liberdade; mas se é algum sujeito que já se me antecipou...

Larga Tchitchikof de meia tigela! Ou então vamos fazer o negócio a meias.  
Boas noites.

## **19 de julho**

Bons dias!

Quem me não fez bei de Tunes cometeu um desses erros imperdoáveis, que bradam aos céus.

Suponhamos por um instante que eu era bei de Tunes. Antes de mais nada, tinha prazer de viver em Tunes, que é um dos mais desenfreados desejos. Depois, não entendia nada do que me dissessem, nem os outros me entendiam, e para estabelecer relações cordiais, não há melhor caminho. O Sr. Von Stein fez-se amigo dos índios do Xingu, recitando versos de Goethe.

Não perderia o gosto cá do Rio, porque levaria naturalmente assinaturas de jornais; lia tudo, a questão da revista cível n.º 10.893, o imortal processo da Bíblia, os debates do Parlamento, os manifestos políticos, etc. Quando alguma coisa me parecesse dita ou escrita em dialeto barbaresco, teria o meu colégio de intérpretes, que me explicaria tudo.



Não indo mais longe, acabo de ler no discurso do Sr. Senador Leão Veloso uma frase, que, se eu estivesse em Tunes, não lhe perderia o sentido. S. Exa. declarou que a vitaliciedade do cargo não o segregou daqueles que o elegeram.

Ora, os que o elegeram vão morrendo e hão de ir morrer todos, como já devem ter morrido os que elegeram o Sr. Visconde do Serro Frio. Como é que não há segregação? Há e é uma das vantagens da instituição. Se em 1871 os Srs. Silveira Martins e Barão de Mauá fossem vitalícios, não haveria o recurso aos eleitores, que pôs o Sr. Mauá fora da Câmara. Quando o primeiro desafiasse o segundo a irem pleitear ante os eleitores liberais o procedimento de ambos, responderia o Sr. Mauá: — Mas, meu caro colega, os meus eleitores estão mortos. Há dois dias vivia o Bandeira, de Pelotas; pois morreu, aqui está o telegrama, que recebi agora mesmo da família. Sabe que somos velhos conhecidos...

Entretanto, aquela frase, que em português dá este resultado, talvez possa ser explicada pelo árabe; mas eu não sou beiruteiro.

Outras muitas coisas me explicará o colégio de intérpretes. Não as digo todas; mas aqui vai mais uma.

Os espiritistas brasileiros acabam de dar um golpe de mestre. Apareceu por aqui um médium, Dr. Slade é o seu nome, com a fama de ser prodigioso. A Federação Espírita Brasileira nomeou uma comissão para estudar os fenômenos de escritura direta sobre ardósias e outros efeitos físicos produzidos com o médium.

Pois, senhores, não achou que o homem valesse a fama; declarou que os trabalhos ficaram muito abaixo do que esse mesmo médium conseguiu na Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos e Austrália. É verdade que a própria Federação explica a diferença. “Todos os que estudam os fenômenos espíritos (diz ela) conhecem que as mediunidades estão sujeitas a esses eclipses.” E noutra parte: “Sabem todos que os invisíveis não estão servilmente à nossa disposição.”

Ora tudo isto, que parece algaravia, sendo lido por um espírita, é como a língua de Voltaire, pura, límpida, nítida, e fácil. “Os invisíveis não estão servilmente à nossa disposição!” Não falo do enriquecimento da língua com a palavra mediunidade, que é nova, sem ser esbelta. Fosse eu beiruteiro, e o meu colégio me explicaria tudo isso e mais isto: “Somente lamentamos que nesses eclipses da sua faculdade, o médium, sem dúvida por sugestões malignas, busque simular os fenômenos que obtém nas condições normais...”

Ao que parece, o medium não só foi (com perdão da palavra) apenas minimum, mas até procurou embaçar a Federação. Não andou bem; e a Federação cumpriu o seu dever desvendando as sugestões malignas. Nem pareça que isto mesmo foi sugestão de despeito; a Federação conclui francamente aquele período: "...fato aqui plenamente verificado."

Valha-me Nossa Senhora! Que porção de coisas obscuras, que eu nunca hei de entender! E daí, quem sabe? Schopenhauer chegou a crer nas mesas que giram; há quem acredite no casamento da constituição americana com o sistema parlamentar. Não é muito acreditar nos motivos do eclipse do Dr. Slade, mesmo sem entendê-los... Ah! Por que não me fazem bei de Tunes!

Boas noites.

## **10 de novembro**

Bons dias!

Há anos, por ocasião do movimento Ester de Carvalho, aquela boa atriz que aqui morreu, lembra-me haver lido nos jornais um pequenino artigo anônimo. Nem se lhe podia chamar artigo; era uma pergunta nua e seca. O numeroso partido da atriz estava em ação; havia palmas, flores, versos, longas e brilhantes manifestações públicas. E então dizia a pergunta anônima: "Por que não aproveitaremos este movimento Ester de Carvalho para ver se alcançamos o fechamento das portas?"

A pergunta tinha um ar esquisito, à primeira vista: mas, era a mais natural do mundo. Entretanto não se fez nada por dois motivos, um fácil de entender, que era a absorção do pensamento em um só assunto. A alma não se divide. A questão do fechamento das portas era exclusiva, pedia as energias todas, inteiras, constantes, lutando dia por dia.

A segunda razão é que há anos e há séculos de revoluções e transformações. Para o caso de que se trata não era preciso o século, mas o ano era indispensável. Entre a vinda de Jesus e a morte de César há pouco mais de quarenta anos: e a Revolução Francesa chegou à Bastilha depois de feita nos livros e iniciada nas províncias, desde os albores do século XVIII.

Aqui o caso era de um ano, mesmo que viu a extinção da escravidão. Todas as liberdades são irmãs; parece que, quando uma dá rebate, as outras acodem logo. Aí temos explicado o movimento atual, que, em boa hora, vai sendo praticado em paz e harmonia. Note-se bem que o movimento outrora tinha um caráter meio duvidoso; pedia-se o fechamento das portas aos domingos. O domingo, só por si, sem mais nada, é um dia protestante; e o movimento, limitando o descanso a esse dia, como que parecia inclinar à Igreja inglesa. Daí a frieza do clero católico. Agora, porém, a plataforma (se me é lícito dizer uma palavra que pouca gente entende) abrange os domingos e dias santos. Deste modo não se pede só o dia do Senhor, mas esse e os mais que o rito católico estabelece em honra dos grandes mártires ou heróis da fé, e dos fastos da Igreja desde os primitivos tempos.

Seguramente, há maior número de dias vagos, mas o trabalho dos outros compensará os perdidos; por esse lado, não vejo perigo. Pode dar-se também que a definição das férias se estenda um pouco mais, pelo tempo adiante. Por exemplo, o dia 2 de novembro é feriado ou não? Vimos este ano duas opiniões opostas, a do Senado e a da Câmara. O Senado declarou que era, e não deu ordem do dia; a Câmara entendeu que não era, e deu ordem do dia. Foi o mesmo que se não desse, é verdade, porque lá não apareceu ninguém; mas a opinião ficou assentada. O Senado comemora os defuntos, a Câmara não. Talvez a Câmara não deseje lembrar o próximo fim dos seus dias. O Senado, embalsamado pela vitaliciedade, pode entrar sem susto nos cemitérios. Não é a lei que o há de matar.

Pois bem, ainda nesses casos o acordo é possível entre caixeiros e patrões; fechem-se as portas ao meio-dia. Os patrões e os rapazes irão de tarde aos cemitérios. Noto, e por honra de todos, que não tem havido distúrbios nem violências. Há dias, é certo, um grupo protestou contra uma casa do Largo de São Francisco de Paula, que estava aberta; mas quem mandou fechar as portas da casa não foi o grupo, foi o subdelegado. Tem havido muita prudência e razão. O próprio ato do subdelegado, olhando-se bem para ele foi bem feito. Já lá dissera Musset estas palavras: *Il faut qu'une porte soit ouverte ou fermée*. Não podendo estar abertas as da loja de grinaldas, foi muito melhor fechá-las. “É assim que eu gosto dos médicos especulativos” dizia um personagem de Antônio José.

Não sei se tenho mais alguma coisa que dizer. Creio que não. A questão chinesa está absolutamente esgotada; tão esgotada que, tendo eu anunciado por circular manuscrita, que daria um prêmio de conto de réis a quem me apresentasse

um argumento novo, quer a favor, quer contra os chins, recebi carta de um só concorrente, dizendo-me que ainda havia um argumento científico, e era este: “A criação animal decresce por este modo: — o homem, o chim, o chimpanzé...”

Como vêem, é apenas um calembour; e se não houvesse calembour no Evangelho e em Camões, era certo que eu quebrava a cara do autor; limitei-me a guardar o dinheiro no bolso.

Boas noites.

### **7 de junho de 1889**

Bons dias!

Não gosto que me chamem profeta de fatos consumados; pelo que, apresso-me em publicar o que vai suceder, enquanto o Conselho de Estado se acha reunido no paço da cidade.

Verdade seja, que o meu mérito é escasso e duvidoso; devo o principal dos prognósticos ao espírito de Nostradamus, enviado pelo meu amigo José Basílio Moreira Lapa, cambista, proprietário, pai de um dos melhores filhos deste mundo, vítima do Monte Pio e de um reumatismo periódico.

Lapa está naquele período do espiritismo em que o homem, já inclinado ao obscuro, dispõe de razão ainda clara e penetrante, e pode entreter conversações com os espíritos. Há, entretanto, uma lacuna nessa primeira fase: é que os espíritos acodem menos prontamente, e a prova é que desejando eu consultar Vasconcelos, Vergueiro ou o Padre Feijó, como pessoas de casa, não foi possível ao meu amigo Lapa fazê-las chegar à fala; só consegui Nostradamus. Não é pouco; há mestres que não o alcançariam nunca.

A segunda fase do espiritismo é muito melhor. Depois de quatro ou cinco anos (prazo da primeira), começa a pura demência. Não é vagarosa nem súbita, um meio-termo, com este característico: o espírita, à medida que a demência vai crescendo, atira-se-lhe mais rápido. O último salto nas trevas dura minuto e meio a dois minutos. Há casos excepcionais de cinco e dez minutos, mas só em climas frios e muito frios, ou então nas estações invernosas. Nos climas quentes e durante o verão, o mais que se terá visto, é cair em três minutos.

Não se entenda, porém, que esta queda é apreciável por qualquer pessoa; só o pode ser por alienistas e de grande observação. Com efeito, para o vulgo não há diferença; desde o princípio da alienação mental (isto é, começado o segundo prazo do espiritismo, que é depois de quatro ou cinco anos, como ficou dito), o espírita está perdido a olhos vistos; os atos e palavras indicam o desequilíbrio mental; não há ilusão a tal respeito. Conversa-se com eles; raros compreendem logo em princípio o sol e a lua; mostram-se todos afetuosos leais e atentos. Mas o transtorno cerebral é claro. Toda a gente vê que fala a doentes.

Entretanto, (mistério dos mistérios!) é justamente assim e principalmente depois do último salto nas trevas, que os espíritos vagabundos ou penantes acodem ao menor aceno, não menos que os de pessoas célebres, batizadas ou não. Tem-se calculado que, dos espíritos evocados durante um ano, 28 por cento o foram por espíritos ainda meio sãos (primeira fase); 72 por cento pertencem aos mentecaptos. Alguns estatísticos chegam a conceder aos últimos 79 por cento; mas parece excessivo. Não importa ao nosso caso a porcentagem exata; basta saber que, para a melhor evocação e mais fácil troca de idéias, é preferível o maníaco ao são, e o doido varrido ao maníaco. Nem pareça isto maravilha; maravilha será, mas de legítima estirpe. Montaigne, muito apreciado por um dos nossos primeiros senadores e por este seu criado, dizia com aquela agudeza que Deus lhe deu: C'est un grand ouvrier de miracles que l'esprit humain! Os milagres do espiritismo são tais; a rigor, é o espírito humano que faz o seu ofício.

Eu chegaria a propor, se tivesse autoridade científica, um meio de desenvolver esta planta essencialmente espiritual. Estabeleceria por lei os casamentos espíritos, isto é, em que ambos os cônjuges fossem examinados e reconhecidos como inteiramente entrados na segunda fase. Os filhos desses casais trariam do berço o dom especial, em virtude da transmissão. Quando algum, escapando pela malhas dessa lei natural (todos as têm) chegasse a simples mediocridade, paciência; os restantes, confinando na idiotia e no cretinismo (com perdão de quem me ouve), preparariam as bases de um excelente século futuro.

Venhamos ao nosso Lapa. Evocado Nostradamus, vi claramente o que ele referiu ao evocador. Em primeiro lugar, a maioria do Conselho de Estado é contrária à dissolução da Câmara dos Deputados, que alguns dizem incorretamente (explicou ele) "dissolução das Câmaras". Sairá o gabinete de 10 de março. É convidado o Sr. Correia, depois o Sr. Visconde do Cruzeiro, depois novamente o Sr. Correia, e o Sr.

Visconde de Vieira da Silva. Este, apesar de enfermo, tentará organizar um gabinete que concilie as duas partes do Partido Conservador; não o conseguirá; será chamado o Sr. Saraiva, que não aceita; sobe o Sr. Visconde de Ouro Preto e estão os liberais de cima.

Boas noites.

## 29 de agosto de 1889

Bons dias!

Hão de fazer-me esta justiça, ainda os meus mais ferrenhos inimigos: é que não sou curandeiro, eu não tenho parente curandeiro, não conheço curandeiro, e nunca vi cara, fotografia ou relíquia, sequer, de curandeiro. Quando adoço não é de espinhela caída, — coisa que podia aconselhar-me a curandeira; é sempre de moléstias latinas ou gregas. Estou na regra; pago impostos, sou jurado, não me podem argüir a menor quebra de dever público.

Sou obrigado a dizer tudo isso, como uma profissão de fé, porque acabo de ler o relatório médico acerca das drogas achadas em casa do curandeiro Tobias. Saiu hoje; é um bom documento. Falo também porque outras muitas coisas me estimulam a falar, como dizia o curandeiro-mor, Mal das Vinhas, chamado, que já lá está no outro mundo. Falo ainda, porque nunca vi tanto curandeiro apanhado, — o que prova que a indústria é lucrativa.

Pelo relatório se vê que Tobias é um tanto Monsieur Jourdain, que falava em prosa sem o saber; Tobias curava em línguas clássicas. Aplicava, por exemplo, *solanum argentum*, certa erva, que não vem com outro nome; possuía umas cinqüenta gramas de *aristolochia appendiculata*, que dava aos clientes; é a raiz de milhomens. Tinha, porém, umas bugigangas curiosas, esporões de galo, pés de galinha secos, medalhas, pólvora e até um chicote feito de rabo de raia, que eu li rabo de saia, coisa que me espantou, porque estava, estou e morrerei na crença de que rabo de saia é simples metáfora. Vi depois o que era rabo de raia. Chicote para quê?

Tudo isto, e ainda mais, foi apanhado ao Tobias, no que fizeram muito bem, e oxalá se apanhem as bugiangas e drogas aos demais curandeiros, e se punam estes, como manda a lei.

A minha questão é outra, e tem duas faces. A primeira face é toda de veneração; punamos o curandeiro, mas não esqueçamos que a curandeira foi a célula da medicina. Os primeiros doentes que houve no mundo, ou morreram ou ficaram bons. Interveio depois o curandeiro, com algumas observações rudimentárias, aplicou ervas, que é o que havia à mão, e ajudou a sarar ou a morrer o doente. Daí vieram andando, até que apareceu o médico. Darwin explica por modo análogo a presença do homem na terra. Eu tenho um sobrinho, estudante de medicina, a quem digo sempre que o curandeiro é pai de Hipócrates, e, sendo o meu sobrinho filho de Hipócrates, o curandeiro é avô do meu sobrinho; e descubro agora que vem a ser meu tio, — fato que eu neguei a princípio. Também não borro o que lá está. Vamos à segunda face.

A segunda é que o espiritismo não é menos curanderia que a outra, e é mais grave, porque se o curandeiro deixa os seus clientes estropiados e dispépticos, o espírita deixa-os simplesmente doidos. O espiritismo é uma fábrica de idiotas e alienados, que não pode subsistir. Não há muitos dias deram notícia as nossas folhas de um brasileiro que, fora daqui, em Lisboa, foi recolhido em Rilhafoles, levado pela mão do espiritismo.

Mas não é preciso que dêem entrada solene nos hospícios. O simples fato de engolir aqueles rabos de raia, pés de galinha, raiz de mil-homens e outras drogas vira o juízo, embora a pessoa continue a andar na rua, a cumprimentar os conhecidos, a pagar as contas, e até a não pagá-las, que é meio de parecer ajuizado. Substancialmente é homem perdido. Quando eles me vêm contar uns ditos de Samuel e de Jesus Cristo, sublinhados de filosofia de armarinho, para dar na perfeição sucessiva das almas, segundo estas mesmas relatam a quem as quer ouvir, palavra que me dá vontade de chamar a polícia e um carro. Os espíritas que me lerem hão de rir-se de mim, porque é balda certa de todo maníaco lastimar a ignorância dos outros. Eu, legislador, mandava fechar todas as igrejas dessa religião, pegava dos religionários e fazia-os purgar espiritualmente de todas as suas doutrinas; depois, dava-lhes uma aposentadoria razoável.

Boas noites.